

Quem disse ?

«A credibilidade e honra das Nações Unidas foram salvas "in extremis". Mas, se não tivesse sido a extraordinária acção de Portugal, e provavelmente o destino de Timor estaria inapelavelmente votado a ser esmagado às mãos dos agentes de Jacarta»

Vital Moreira
Público, 14 de Setembro

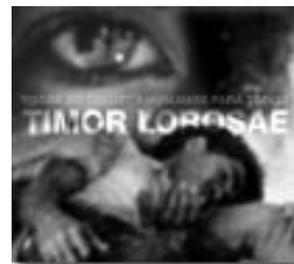
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1033 16 SETEMBRO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/impressa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Anunciou António Guterres

Prioridade à cooperação com Timor

O camarada António Guterres anunciou terça-feira, durante a cerimónia de apresentação do Programa de Governo do PS, que a prioridade da política externa portuguesa será concedida ao novo Estado independente de Timor Lorosae. O anúncio foi feito perante uma sala cheia no Hotel Altis, num discurso em que o primeiro-ministro dedicou as primeiras palavras à defesa da cauda timorense e à necessidade de ser enviado para o território, com urgência, uma grande quantidade de ajuda humanitária.

Na sequência da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, afirmou que foi dado «um primeiro passo para retomar um ambiente de segurança que permita aos timorenses reconstruir as suas vidas». De acordo com o chefe da diplomacia nacional, a única pré-condição colocada à missão «é a sua capacidade para responder à situação chocante que existe no terreno».

«A Indonésia tem de retirar o mais rapidamente possível e cumprir integralmente a decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas», advertiu Jaime Gama, que lembrou que esta força de paz está autorizada para usar todos os meios para impor a legalidade. «A decisão prestou as Nações Unidas», comentou o ministro dos Negócios Estrangeiros.

O secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, disse encarar como essencial que a força de imposição de paz chegue a Timor-Leste até ao final da presente semana, tal como anunciou o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi, Annan.

Apesar de a resolução ter sido tomada por unanimidade e de coincidir com as posições portuguesas, Vitalino Canas considerou que, «finalmente, a comunidade internacional assumiu as suas responsabilidades».

O ex-Presidente da República e eurodeputado socialista, Mário Soares, mostrou-se satisfeito com o teor da resolução, que, na sua opinião, constitui «um sério aviso à Indonésia», sobretudo, por autorizar o uso da força.

PROGRAMA DE GOVERNO APRESENTADO POR GUTERRES

CREDIBILIDADE E CONSCIÊNCIA TRANQUILA

Perante uma assistência de várias centenas de pessoas, entre as quais se encontravam muitos membros do Executivo socialista, deputados e dirigentes do partido, António Guterres apresentou terça-feira o Programa de Governo até 2003. No seu discurso, o primeiro-ministro deixou bem claro que o PS parte para as próximas eleições legislativas com a consciência tranquila de ter cumprido o seu dever. Esta arma da credibilidade, aliás, permite agora ao chefe do Governo propor aos portugueses um pacto de confiança. Um pacto para recuperar o atraso estrutural do país no espaço de uma geração, através de apostas decisivas na modernização, no acesso às sociedades de informação, na paridade entre homens e mulheres e na competitividade da economia portuguesa. António Guterres aproveitou igualmente a ocasião para deixar um recado às forças da oposição: o PS não entrará num leilão de promessas, nem fará uma campanha eleitoral própria de um hipermercado.



Sociedade & País

Juventude, Saúde e interactividade Grandes apostas na gestão de informação



O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, inaugurou, ontem, na Delegação Regional do Instituto Português da Juventude (IPJ), o Gabinete de Apoio à Sexualidade Juvenil de Lisboa.

Política

Conselho de Segurança aprova resolução por unanimidade Força de paz em Timor-Leste... Já!



A diplomacia portuguesa e os timorenses alcançaram uma importante vitória nas Nações Unidas na madrugada de ontem (quarta-feira), ao ser aprovada a constituição de uma força de imposição de paz para Timor Lorosae. Apesar de tardia, a decisão da ONU, mesmo assim, fornece algumas esperanças no sentido de que a legalidade e a urgente ajuda humanitária cheguem ao território entre os próximos dois a quatro dias.



De consciência tranquila

António Guterres apresentou formalmente, na terça-feira, o Programa do Partido Socialista e da Nova Maioria para a próxima legislatura. Apesar da maior parte das linhas de força do programa do Partido Socialista já terem vindo a ser apresentadas publicamente em diferentes ocasiões há, no entanto, a salientar no documento agora apresentado, uma ampla visão de conjunto para o desenvolvimento equilibrado e sustentado do nosso país para os próximos anos.

O programa não contém propostas milagrosas, nem pretende tirar soluções da cartola, como referiu Guterres, não é «nenhum leilão de promessas, nem se equipara a uma campanha própria de supermercado».

Serenamente, o próximo Governo Socialista irá vincar a «marca distintiva dos socialistas» já deixada no exercício do actual mandato e simultaneamente vencer, no espaço de uma geração, o atraso estrutural que ainda separa Portugal da média dos países da União Europeia. Este é o grande desafio geracional que António Guterres coloca aos portugueses.

Para isso, no programa são apresentadas um conjunto de medidas estruturantes que irão conferir às gerações mais jovens condições sociais, económicas e culturais que lhes permitam enfrentar e superar com sucesso os grandes desafios do próximo século.

A realização deste novo desígnio nacional requer estabilidade e credibilidade, para que se possa realizar uma acção política consequente com as prioridades definidas.

Para que estas prioridades que o PS irá submeter ao voto dos portugueses, no próximo dia 10 de Outubro (uma aposta total na plena integração de Portugal na sociedade de informação e conhecimento; o reforço da coesão nacional com base na solidariedade e na segurança; a afirmação da saúde como a grande prioridade no crescimento da afectação de recursos no plano social na próxima legislatura; uma visão estratégica renovada do ambiente, do ordenamento – com especial destaque para a política de cidades –, do espaço e do território, que se traduza numa profunda requalificação estrutural capaz de fazer do País uma primeira frente atlântica europeia; uma estratégia de promoção de equidade e de competitividade fiscal que promova a justiça social e as condições de desenvolvimento económico de Portugal; uma aposta total na promoção de uma cultura generalizada de iniciativa e responsabilidade, de exigência e rigor, de criatividade e qualidade ao nível dos países desenvolvidos da Europa), sejam coroadas de êxito é preciso estabilidade.

Ora, o actual cenário político, apenas o Partido Socialista é o garante dessa mesma estabilidade e serenidade capazes de concretizar este magnífico projecto de afirmação dos nossos valores culturais, da nossa vocação universalista e da afirmação da nossa identidade própria assente no respeito pelos outros e pela diversidade.



UGT EM OPOSIÇÃO FRONTAL À AD

A discussão no Parlamento do programa do VIII Governo da responsabilidade da AD era um dos temas em evidência na edição de 17 de Setembro de 1981. O outro era o anúncio de que a UGT poderia passar à oposição frontal ao Governo AD.

Na discussão na Assembleia do programa do Governo da AD, o deputado socialista Almeida Santos afirmava: «AD é um cinto de muitos furos que o povo vai apertar.»

Por outro lado, na página de «trabalho e sindicalismo», o «AS» publicava na íntegra um documento da UGT em que esta central se demarcava do Governo e admitia passar à oposição frontal ao Governo, caso persistissem algumas ameaças aos direitos dos trabalhadores.

O «AS» publicava ainda um suplemento destacável sobre a campanha do PS em Loures.

O candidato socialista a esta autarquia, Riço Calado, em entrevista, revelava que a habitação era tarefa prioritária de uma gestão socialista no município de Loures.

J. C. C. B.

17 de Setembro

Quem disse?

«Os governos da AD (PSD e CDS) têm estado a provocar uma completa paralisia das actividades económicas devido a uma visão monetarista dos problemas»

Mário Soares



ONU «Cultura de paz»

Enquanto milhares de pessoas aguardam o braço salvador e preguiçoso da força multinacional para Timor Lorosae e enquanto o genocídio do povo maubere ganha contornos cada vez mais aterradores, o mundo comemorou o Dia Internacional da Paz – 14 de Setembro.

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, destacou, na terça-feira, a necessidade da implementação de uma cultura de paz, contra a actual «cultura de guerra», na sua mensagem alusiva à efeméride.

Recordando a validade do principal mandato das Nações Unidas, «preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra», Annan constata que, no entanto, «para milhões e milhões de pessoas no mundo inteiro, a marcha do progresso humano continua a ser marcada (...) pela violência e pelo ódio».

Nos 50 anos de actividade da ONU, diz, ficou demonstrado que as iniciativas no terreno para a manutenção ou consolidação de paz, a par da «diplomacia preventiva», embora fundamentais, não são suficientes.

«Devemos também agir a um nível mais profundo, se pretendemos alcançar resultados duradouros. É necessária uma cultura de paz».



Citando alguns dos escolhos que se colocam no caminho da paz e reconhecendo que, enquanto «desafio complexo» que é, ela chega mesmo a depender da «sorte», Annan afirma, porém, que «a paz está nas nossas mãos».

A terminar, o secretário-geral da ONU recorda o lançamento, por iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), do Ano Internacional para uma Cultura de Paz, a celebrar em 2000.

«Todos nós devemos fazer a parte que nos compete desse projecto. Chegou o momento de uma cultura de paz», conclui.

Vidigueira Ruínas com núcleo museológico

O Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) está a desenvolver um projecto de valorização cultural das Ruínas de São Cucufate, Vidigueira, que prevê a criação de um «Núcleo Museológico».

Conforme a informação divulgada no dia 14, em Évora, o núcleo será instalado em Vila de Frades, na «Casa do Arco», um prédio urbano cedido pela Câmara Municipal de Vidigueira, cujo contrato de comodato foi celebrado, também terça-feira, com o IPPAR. A iniciativa insere-se no programa de valorização cultural e turística das Ruínas Romanas de São Cucufate, Imóvel de Interesse Público desde 1947, que está a ser conduzido pelo IPPAR.

Além da construção deste núcleo, onde serão apresentados os materiais arqueológicos provenientes de São Cucufate, está também prevista a criação de um «Núcleo Interpretativo» e de um parque de estacionamento e percursos pedonais.

A vila romana de São Cucufate situa-se junto à vila de Frades, na encosta do Monte de Guadalupe, concelho de Vidigueira, distrito de Beja.

Novos comboios ultramodernos para a linha da Azambuja

O ministro do Equipamento, João Cravinho, estreou no passado dia 9 os novos comboios ultramodernos e com ar condicionado que, a partir dia 26, passarão a circular na linha da Azambuja. Durante a viagem de apresentação das novas composições, entre Vila Franca de

Xira e a Gare do Oriente, João Cravinho elogiou a qualidade e a rapidez das composições e sublinhou que a melhoria do serviço poderá funcionar como um factor importante de redução do tráfego automóvel proveniente daquelas zonas em direcção a Lisboa.

Um milhão já fez a ponte de comboio

Um milhão de pessoas atravessaram o Tejo de comboio, no eixo ferroviário Norte-Sul. Segundo a empresa que explora a linha, este valor deve-se ao aumento de clientes registado a partir do início de Setembro. Calcula-se que, em média, cerca de 30 mil

pessoas tenham atravessado a ponte nos últimos dias, contra os 25 mil de Agosto. Relativamente à requisição de cartões-cliente tem aumentado a adesão, com a média diária de pedidos a situar-se nos 300 cartões.

CREDIBILIDADE E CONSCIÊNCIA TRANQUILA

Perante uma assistência de várias centenas de pessoas, entre as quais se encontravam muitos membros do Executivo socialista, deputados e dirigentes do partido, António Guterres apresentou o Programa de Governo até 2003. No seu discurso, o primeiro-ministro deixou bem claro que o PS parte para as próximas eleições legislativas com a consciência tranquila de ter cumprido o seu dever. Esta arma da credibilidade, aliás, permite agora ao chefe do Governo propor aos portugueses um pacto de confiança. Um pacto para recuperar o atraso estrutural do país no espaço de uma geração, através de apostas decisivas na modernização, no acesso às sociedades de informação, na paridade entre homens e mulheres e na competitividade da economia portuguesa. António Guterres aproveitou igualmente a ocasião para deixar um recado às forças da oposição: o PS não entrará num leilão de promessas, nem fará uma campanha eleitoral própria de um hipermercado.



«C»hegou a hora de pedir a ajuda aos portugueses. Um voto para que eu possa ajudar os portugueses a construir um país mais justo na estabilidade e na confiança. Darei tudo o que posso. Julguem-me pelo trabalho que já foi feito. Votem em consciência». Foi com este apelo dirigido aos eleitores que o secretário-geral do PS concluiu o seu discurso na sessão de apresentação do Programa de Governo. Momentos antes, já o líder do partido havia avisado que o programa não contém propostas bombásticas, «não entra num leilão de promessas, nem se equipara a uma campanha própria de um hipermercado».

O programa eleitoral dos socialistas para os próximos quatro anos, pelo contrário, partiu de uma identificação rigorosa das principais necessidades e desafios que se colocam ao país, tendo objectivos e metas quantificados, como, por exemplo, ao nível das políticas sociais.

Na parte inicial da sua intervenção, o primeiro-ministro frisou que esta é a hora de prestar contas aos portugueses pelo trabalho realizado ao longo da última legislatura. Face aos resultados desse trabalho, António Guterres disse partir «com a consciência tranquila do dever cumprido. Portugal está hoje melhor do que em 1995», sendo actualmente um país «mais solidário e mais justo. As pessoas foram colocadas em primeiro lugar, através de um aumento substancial dos investimentos na educação, na segurança e no com-

bate à pobreza», salientou o chefe do Governo.

Ainda sobre os últimos quatro anos, António Guterres lembrou a entrada de Portugal na moeda única, meta que não teve como consequência qualquer tipo de custos sociais e que até foi acompanhada por uma diminuição do desemprego e pelo aumento do nível de vida da generalidade dos cidadãos. «Enfrentamos serenamente e de consciência tranquila o julgamento dos portugueses», afirmou o secretário-geral do partido.

Visão estratégica para o País

Vencer no espaço de uma geração o atraso estrutural que ainda separa Portugal da média dos países da União Europeia é o grande desafio geracional que António Guterres coloca aos portugueses. Para o efeito, disse ser necessário para Portugal «uma nova visão estratégica. Não estamos apenas perante um problema meramente económico, mas também político, social e cultural. Implica modernizar, reformar e inovar», advertiu, antes de frisar que está em causa uma «batalha pela promoção da qualidade», que terá de mudar nos próximos anos. Por isso, o PS propõe duas apostas transversais, ou seja, objectivos comuns a todas as políticas do Governo. A primeira passa por generalizar o acesso às sociedades de informação, na qual se exige «um grande investimento nas pessoas».

A segunda meta é promover uma «efectiva paridade entre homens e mulheres. O PS continuará a bater-se por uma repre-

sentação equilibrada entre homens e mulheres nos lugares políticos». E vai fazê-lo, explicou o líder do partido, «não apenas por uma questão de igualdade, mas por ser convicção de que uma decisão política partilhada entre homens e mulheres é sempre uma decisão mais bem tomada». António Guterres disse mesmo estar seguro de que, se o Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como outras instâncias políticas internacionais, tivessem uma representação mais equilibrada entre homens e mulheres, uma força de paz já estaria há mais tempo em Timor-Leste.

Grandes linhas orientadoras

Tendo em vista a próxima legislatura, o primeiro-ministro apresentou três grandes linhas orientadoras para a acção do Governo: uma nova geração de políticas sociais centradas na família, uma nova qualidade para a democracia e uma nova descentralização de competências. Nas políticas sociais, garantiu que, com os socialistas no Governo, nunca estará em causa o desmantelamento do Estado-Providência. Trata-se, antes, de reorganizar o Estado-Providência, sobretudo, no sentido de aplicar critérios de diferenciação positiva, favorecendo com os recursos públicos os cidadãos mais carenciados. Nesta área, a primeira prioridade será concedida ao sector da Saúde, depois de uma legislatura em que a afectação dos recursos teve como objectivo cimeiro a área da Educação. Para a Saúde, contudo, como explicou António Guterres, o Governo não se limitará apenas a transferir mais

verbas. «Não é só uma questão de verbas, ou de ter listas de espera com um intervalo de tempo aceitável. Importa humanizar os serviços e proceder a uma reforma global, tendo como base o Estado», declarou o secretário-geral do PS, que ainda propôs uma diferenciação clara entre público e privado, assim como o fomento dos profissionais em dedicação exclusiva.

Em termos de políticas económicas, o líder do PS lembrou que se encontra já estabilizado o quadro macroeconómico do país. Nos próximos quatro anos, a prioridade serão as políticas estruturais, tendo como preocupação a microeconomia. Neste contexto, o Governo procurará fornecer todo o apoio possível para a competitividade das nossas empresas, através de uma melhoria da qualificação dos recursos humanos e do fomento de uma melhor ambiente em termos de rentabilidade. Tudo, no entanto, como frisou António Guterres, «com a responsabilização social dos empresários. Queremos empresas em que os trabalhadores sejam respeitados como verdadeiros cidadãos», acrescentou.

A requalificação das principais áreas metropolitanas, a criação de uma rede de cidades intermédias e o combate aos corporativismos da Justiça são outras políticas que o PS se compromete a seguir até 2003. No sector da Justiça, segundo o secretário-geral, está mesmo em causa uma ampla mudança no sistema, visando proporcionar novas condições de igualdade entre cidadãos ricos e pobres. Não estará nunca em causa, salientou, qualquer tipo de governamentalização da Justiça.

CONSELHO DE SEGURANÇA **Aprovada resolução por unanimidade**

FORÇA DE PAZ EM TIMOR-LESTE... JÁ!

A diplomacia portuguesa e os timorenses alcançaram uma importante vitória nas Nações Unidas na madrugada de ontem (quarta-feira), ao ser aprovada a constituição de uma força de imposição de paz para Timor Lorosae. Apesar de tardia, a decisão da ONU, mesmo assim, fornece algumas esperanças no sentido de que a legalidade e a urgente ajuda humanitária cheguem ao território entre os próximos dois a quatro dias. Na última semana, em diversas intervenções públicas, o primeiro-ministro defendeu de forma insistente o envio desta força de paz, também manifestando séria preocupação pela situação dos cidadãos deportados para Timor Ocidental, ainda vítimas do jugo indonésio. Já Jorge Coelho, na sequência de declarações infelizes de Durão Barroso, apelou no sentido de que a questão timorense não seja utilizada em campanha eleitoral como objecto de disputa entre partidos.

A Indonésia perdeu a face perante o mundo com o isolamento diplomático de que foi alvo por parte da comunidade internacional ao longo da última semana. Ao fim de vários dias de desespero para os timorenses e para os portugueses, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou na madrugada de quarta-feira uma resolução totalmente coincidente com as posições portuguesas, onde se estabelece o mandato de uma força unificada de imposição da paz. A missão será liderada pela Austrália, estando Portugal disponível para a integrar com cerca de mil homens.

Mais importante que tudo, no entanto, é que essa missão poderá recorrer à força, se tal vier a revelar-se necessário, tendo como objectivos principais o restabelecimento imediato da paz, proceder a uma ajuda humanitária urgente e levar os responsáveis indonésios suspeitos de atrocidades e de violação dos Direitos Humanos à justiça internacional. Na sequência da decisão unânime do Conselho de Segurança, o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, calculou que as forças internacionais poderão chegar ao território até ao final da presente semana.

Segundo uma estimativa da organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), avaliam-se em 7000 o número de mortos em Timor-Leste, 300 a 400 mil o número de cidadãos deslocados e mais de 200 mil pessoas em risco de fome. Ainda de acordo com esta organi-



zação, entre 300 a 400 mil pessoas foram desalojadas, obrigadas a fugir de suas casas e mais de um quarto de cerca de 900 mil habitantes deixaram de ter acesso a alimentos e a água potável. «A situação no domínio da segurança mantém-se perigosa», acrescenta a FAO, precisando que cerca de 500 membros de diferentes organizações humanitárias tiveram de ser evacuados. «Mesmo que a segurança melhor imediatamente», o encaminhamento da ajuda humanitária será difícil devido ao relevo acidentado da ilha e à destruição da rede de transportes e comunicações». Esta mesma organização das Nações Unidas acrescenta que as diferentes organizações internacionais de ajuda humanitária «iniciaram uma corrida desesperada para fazer chegar alimentação e água à população mais vulnerável, particularmente mulheres e crianças».

Apoios nacionais a Timor

Terça-feira, o ministro das Finanças, Sousa Franco, adiantou que o Governo português adjudicou, até ao momento, 4,5 milhões de contos para o apoio a Timor-Leste e garantiu que não existem limites orçamentais para a causa, tanto durante este ano, como nos próximos. Os 4,5 milhões de contos, que foram retirados da dotação provisional, revertem essencialmente para ajudas humanitárias, apoio à consulta de 30 de Agosto e ao comissariado para a transição de Timor-Leste. Por sua vez, o secretário de Estado do Orçamento, João Carlos Silva, adiantou que, do montante referido pelo ministro, 1,8 milhões de contos foram gastos no apoio ao referendo, um milhão de contos revertendo para o comissariado e os restantes 1,7 milhões para o Ministério dos negócios Estrangeiros. Do orçamento do comissariado,

dirigido pelo padre Vítor Melícias, 900 mil contos estão a ser aplicados em operações humanitárias e 100 mil contos em despesas de funcionamento.

Para já, o secretário de Estado do Orçamento afirma que ainda é cedo para fazer estimativas em relação ao valor que irá ser retirado da dotação provisional do próximo Orçamento de Estado para apoio a Timor Lorosae, dado que ainda se desconhece, em rigor, qual será o plano de intervenção de Portugal e qual a situação no terreno. «Gastar-se-á em Timor-Leste aquilo que for necessário gastar», frisou João Carlos Silva, acrescentando, no entanto, que o défice não será agravado, já que irão ser tomadas todas as medidas para a contenção de despesas.

Comunidades portuguesas manifestam-se

Em todos os pontos do mundo onde existem comunidades portuguesas estão a ser organizadas vigílias e outras formas de solidariedade em relação ao povo timorense, iniciativas que o secretário de Estado das Comunidades, José Lello, classificou como um alento mais «para não esmorecermos». Numa mensagem transmitida pela RTP Internacional, o secretário de Estado das Comunidades agradeceu aos portugueses não residentes as «inúmeras manifestações que tanto têm contribuído para alertar a opinião pública» dos países onde estão inseridos contra a «tentativa de extermínio» do povo timorense. Esse apoio, frisou, «é mais um exemplo de como Portugal, unido em torno dos seus compatriotas espalhados pelo mundo, é uma nação mais forte e se faz ouvir em toda a parte».

José Lello anunciou também uma iniciativa conjunta da Secretaria de Estado das Comunidades e dos órgãos de comunicação social portugueses no estrangeiro e em Portugal destinada a recolher apoios monetários para a reconstrução de Timor-Leste.

Por sua vez, durante a festa nacional da Juventude Socialista, sábado, em Sintra, o camarada Jorge Coelho salientou que o empenhamento na causa timorense registado em Portugal é um fenómeno sem paralelo nos últimos 25 anos. Para o ministro da Administração Interna, face a esta enorme mobilização, «ninguém pode entender que, num momento em que mais do que nunca é preciso dar uma imagem de união, apareça quem quer seja a pôr em causa a coesão de Portugal». Uma referência indirecta de Jorge Coelho às mais recentes posições de Durão Barroso e que estão a ser criticadas por elementos do próprio PSD. Depois de separada de forma clara a questão de Timor-Leste das divergências políticas partidárias, o dirigente socialista apelou para que na campanha eleitoral a questão de Timor-Leste não seja utilizada como objecto de disputa entre partidos.

TIMOR LOROSAE

José Neves

O TESTEMUNHO DE UM OBSERVADOR OFICIAL



Cheguei há uma semana de Timor Lorosae, directamente da sede da UNAMET onde a Missão Oficial de Observadores de Portugal esteve refugiada. A sede da nossa Missão tinha sido atacada pelas chamadas Milícias, poucas horas depois dos resultados da consulta popular terem sido anunciados.

Tínhamos caído numa cilada. Nesse dia as instruções do chefe da Missão eram de que ninguém saísse das suas residências. Razões de segurança a isso aconselhavam, não fossem alguns timorenses quererem vir para as ruas comemorar a sua retumbante vitória, o que de certo seria pretexto para conflitos e mais violência das milícias. Cerca das 12:00 recebemos informação da sede da Missão de que as autoridades da Indonésia não poderiam garantir a segurança dos observadores oficiais nas suas habitações, pelo que tínhamos que regressar à sede até às 13:00. Assim procedemos, mas o último jipe a chegar, às 13:30, já atrasado em relação à hora fixada mas escoltado pela polícia, foi alvejado por elementos das milícias com dois tiros numa das portas à entrada do parque onde recolhíamos as viaturas. Numa correria, com as nossas colegas (eram só mulheres que vinham no jipe) entram de rompante na nossa sede cerca de 80 timorenses, na sua maioria mulheres e crianças.

Depois foram duas horas de tiros, que cada vez soavam mais próximos, o que nos levou a barricar as portas com móveis, colocar colchões nas janelas, a deitar no chão, mas também a arranjar umas barras de ferro e umas trancas de madeira para dar «as boas vindas» aos primeiros que lá entrassem. Entretanto, a chefe da Missão não parava de contactos pelo telefone, creio que com a UNAMET, com os oficiais de ligação às polícias e a todos a quem podiam recorrer para denunciar a situação e pedir protecção. Não só para nós como para os timorenses que estavam connosco. Por fim, aceitaram as nossas exigências e fomos todos com a ilusória escolta da polícia para a sede da UNAMET. Entretanto, os agentes da Polícia da Indonésia, responsáveis pela nossa segurança, que durante 24 horas por dia guardavam o edifício, devidamente armados com metralhadoras, submeteram-se pacificamente a dois ou três membros das milícias. Eles colaboraram. Permitiram que levassem uma das nossas viaturas e vieram-nos dizer que se não entregássemos os restantes jipes, mais de uma dezena, eles, aqueles a quem chamavam as milícias, iriam atacar. Ficamos assim a saber a quem estava confiada a nossa segurança! *Foi o cair da máscara de uma grande farsa!* Foi o início de um processo de intimidação aos observadores, aos jornalistas, à própria UNAMET, para uma vez a cidade limpa de testemunhas



irromperem com a selvática barbárie que se conhece.

Este ataque à sede da Missão Portuguesa foi um insignificante episódio perante a onda de crimes que tem decorrido desde então, e que não teve uma reacção de muitos dos que apregoam a defesa dos direitos humanos e noutras ocasiões têm sido lesto em intervenções militares na defesa desses direitos. *Foi o cair de outras máscaras.* A História não deixará de registar as atitudes dos que no Conselho de Segurança começaram por dificultar ou manifestaram reservas ao envio de uma força de intervenção para Timor Lorosae, para impedir o genocídio do mártir Povo Maubere.

Sou testemunha do excelente trabalho da UNAMET, da dedicação dos seus esforçados e competentes funcionários e da forma isenta e objectiva como conduziu as sessões de educação cívica. Testifico como nos comícios do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) as palavras de ordem eram a unidade, a reconciliação, a construção de um país em paz e liberdade. Mas também sou testemunha como nos minúsculos comícios dos adeptos da integração na Indonésia, que formavam a UNIF, ameaçavam que se a integração fosse rejeitada seria a guerra total. Eles lá sabiam o que tinham congeminado com os militares da Indonésia. Mas o que tem acontecido não tem sido uma guerra, porque o povo está desarmado. Tem sido o extermínio por eliminação e deportação do Povo de Maubere pelos militares da Indonésia disfarçados de milícias, perante a vergonhosa inacção dos países que poderiam actuar com rapidez para por cobre a estes crimes monstruosos. Temos tratado com deferência e como amigos os grandes amigos e colaboradores da Indonésia, os grandes inimigos do Povo Maubere e, as-

sim, também nossos inimigos. Estes militares da Indonésia é que são os grandes inimigos da civilização ocidental. Que o dramático drama deste martirizado Povo nos sirva de exortação e nos leve a reflectir quanto ao nosso relacionamento com os que se dizem nossos amigos...

Durante o passado mês de Agosto vivi em Timor momentos de intensa e exaltante emoção, só comparáveis aos que vivi em Portugal no nosso 25 de Abril. Nas nossas deslocações éramos permanentemente abordados por pessoas que se regozijavam com a nossa presença ao terem conhecimento que éramos portugueses, situação que era bem evidenciada pelo cartão com as cores verde e rubra de Portugal que exibíamos ao peito. «O nosso Portugal voltou», diziam num português um pouco atabalhoado, pedindo desculpa pelo facto, pois há mais de 23 anos que não praticavam a língua portuguesa. E tinham orgulho em dizerem os seus nomes e assim se identificarem connosco: eram os Sousa, os Silva, os Rodrigues. Curioso que alguns nomes faziam-me recordar camaradas meus amigos. Encontrei um Fernando de Sousa, um Manuel dos Santos e até um Mário Soares que orgulhosamente acrescentou: soldado recruta 881 239/72 - 2.º turno. Sentíamos que a nossa presença os encorajava para a consulta popular que se aproximava.

Com que angústia acompanho agora à distância o que está a acontecer a este povo, um povo humilde mas de grande dignidade, de grande resistência. Como é doloroso pensar que este povo foi encorajado a ir votar, e da forma expressiva como o faz, com a confiança que a UNAMET iria continuar no terreno depois da consulta popular e como nós os Portugueses com a nossa presença também os encorajamos. E que é feito dos Timorenses que

estiveram ao serviço da Missão, como motoristas, as cozinheiras, os que nos alugaram as suas casas para nossa residência? Os motoristas que estiveram ao serviço da Delegação de Baucau, os nossos amigos António Silva e Cosme Sequeira, que conduziram os dois jipes que nos trouxeram a Díli no dia a seguir à votação, não puderam regressar a suas casas nesse dia pois já haviam estradas bloqueadas pelas milícias. Dois dias antes de serem anunciados os resultados, alguns dos nossos motoristas em Díli foram procurados em suas casas pelas milícias Aitarak e tiveram que fugir para as montanhas.

Uma referência muito particular a uma grande personalidade que muito me impressionou. Exerci as minhas funções como observador na nossa Delegação de Baucau. Naturalmente que me refiro ao Bispo D. Basílio do Nascimento com quem os quatro observadores portugueses em Baucau tiveram vários contactos e foram objecto de inúmeras gentilezas. D. Basílio, como todos os padres missionários da sua Diocese têm tido não só o apoio espiritual, como social e em tantos aspectos da vida comunitária deste povo. De certo o mesmo se pode dizer do Bispo D. Carlos Ximenes Belo e da sua Diocese. Ambos ficarão na História como grandes figuras da luta do Povo de Timor Lorosae pela sua independência.

Apesar do fogo que nos últimos dias tem alastrado por todo o território, das chacinas e crueldades, da fome e das doenças, há que ter esperança. Porque podem matar muitos timorenses, mas a alma de um povo ninguém pode matar. Com a perspectiva do envio de uma força de Paz, que deve ser uma força de intervenção para impor a Paz, começa a aparecer uma luz ao fundo do túnel. O Povo de Timor Lorosae vencerá!

É reconfortante a impressionante e apoteótica cadeia de solidariedade dos portugueses para com o Povo Timor Lorosae. E o claro e inequívoco despertar da comunidade internacional para com esta causa são outros sinais de esperança de que das cinzas será reconstruída uma nação independente.

Exerci as minhas funções, como todos os observadores oficiais portugueses, com toda a isenção conforme o código de conduta a que estávamos submetidos. Isso por vezes fez-nos sofrer e tivemos que reprimir a manifestação dos nossos sentimentos. Por isso, cumprida essa função, quero partilhar com os leitores o que sempre me esteve na alma:

VIVA O HERÓICO POVO DE TIMOR LOROSAE!
VIVA O CNRT
VIVA O PRESIDENTE XANANA GUSMÃO!
VIVA O BISPO D. CARLOS XIMENOS BELO!
VIVA O BISPO D. BASÍLIO DO NASCIMENTO!

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

A Câmara de Lagos assinou, no dia 10, com o Governo dois protocolos de cooperação técnico-financeira para rever o Plano de Urbanização do município e valorizar as novas acessibilidades, um investimento que ronda os 135 mil contos.



No final da cerimónia, o secretário de Estado da Administração Local, Augusto Carvalho, sublinhou que «as autarquias são instrumentos relevantes a favor do desenvolvimento, numa perspectiva humanista».

Foi desta forma que Augusto de Carvalho iniciou a sua intervenção para comparar o drama que se vive em Timor Lorosae com a actuação e defesa de valores em prol do desenvolvimento, progresso e bem-estar das populações levado a cabo pelas autarquias e administração central.

«Quando nos habituamos a ver através da televisão alguns dirigentes indonésios apresentarem-se como bem comportados, mostra-se uma cultura de refinada hipocrisia que não tem nada em comum com os nossos valores», disse o governante.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia, defendeu, na passada quinta-feira, dia 9, em Viseu, que o Serviço Nacional de Saúde só será eficaz se os seus funcionários administrativos estiverem preparados para responder à cada vez maior exigência de qualidade dos utentes.



Fausto Correia, que falava no início das Jornadas Nacionais dos Profissionais Administrativos da Área da Saúde, adian-

tou que «se não houver formação permanente dos funcionários públicos, nunca chegaremos a uma plataforma de satisfação quanto às respostas pedidas à função pública».

Num ambiente em que a violência em Timor-Leste ocupou as atenções, com dezenas de participantes a trajar de branco e a canção dos Trovante alusiva à questão timorense a soar nos corredores, Fausto Correia garantiu que «tornar a saúde compatível com as possibilidades orçamentais do Estado é uma questão de grande seriedade que quem ganhar as eleições vai ter que debater».

O governante lembrou também que as características do Serviço Nacional de Saúde - a prestação gratuita de cuidados de saúde - deverão manter-se, sublinhando ser «impensável que os mais desfavorecidos fiquem sem garantias reais ao direito constitucional à saúde».

CULTURA

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, e o presidente da Fundação de Serralves, João Marques Pinto, assinaram, no dia 10, no Porto, um protocolo de colaboração para reforçar o orçamento anual da instituição portuguesa, que será de 630 mil contos a partir do ano 2000.



No âmbito do acordo, o Museu de Arte Contemporânea beneficia já este ano de um reforço orçamental de 230 mil contos, o que perfaz um total de 460 mil contos, que inclui cem mil contos para aquisição de obras de arte.

A partir de do próximo ano, o reforço ascende a 400 mil contos, pelo que o orçamento anual da instituição para 630 mil contos.

O Ministério da Cultura «poderá ainda apoiar financeiramente projectos específicos de Serralves que sejam considerados de relevância nacional».

A Fundação de Serralves compromete-se a desenvolver um «programa de itinerância» da sua colecção permanente, com a cooperação das autarquias e de organizações culturais, a apoiar artistas plásticos portugueses e a divulgar no estrangeiro os criadores nacionais.

O protocolo assinado por Manuel Maria Carrilho e João Marques Pinto revoga o anterior acordo estabelecido em Junho de 1995, considerado como

«desajustado», uma vez que não assumia «qualquer responsabilidade com as despesas de funcionamento do Museu de Arte Contemporânea».

CULTURA E TURISMO

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, afirmou, no dia 10, em Conímbriga, que a articulação entre os sectores do património e do turismo é vital para a projecção de Portugal no estrangeiro.

«É uma aposta estratégica para o País e que vai continuar», disse Manuel Maria Carrilho durante a cerimónia de assinatura de um protocolo entre o Ministério da Cultura/Instituto Português de Museus e a Secretaria de Estado do Turismo, que financia as obras de melhoramento dos espaços de acolhimento ao público no Centro Arqueológico e Museu de Conímbriga.

De acordo com o governante, «é muito importante para um país como Portugal trabalhar no património», tendo em conta o turismo nacional e internacional.

A mesma ideia foi transmitida pelo secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, - também presente na cerimónia - ao sublinhar que a valorização do património «é de todo o interesse» para o sector que tutela.

Ao intervir na sessão, o ministro da Cultura reiterou que o próximo Quadro Comunitário de Apoio permite um «grande alcance para múltiplas intervenções nos museus», sendo possível prosseguir com a «política de refrescamento e revigoramento dos museus».

O protocolo celebrado na passada sexta-feira prevê a implantação de um posto de acolhimento e apoio aos turistas que visitem o Museu e as ruínas romanas de Conímbriga (Condeixa-a-Nova), representando um investimento de cerca de 20 mil contos.

DEFESA E NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Ansumane Mané, líder da Junta Militar da Guiné-Bissau, deverá visitar Portugal em Outubro, anunciou, no dia 10, o ministro da Defesa, Jaime Gama, que transmitiu um convite nesse sentido ao chefe da diplomacia guineense.



O ministro dos Negócios Estrangeiros português recebeu o seu homólogo e

antigo embaixador guineense em Lisboa, José Baptista, no Palácio das Necessidades para «passar em revista» a cooperação com a Guiné-Bissau e perspectivar novas acções neste domínio.

O governante português indicou que o programa plurianual de cooperação com a Guiné-Bissau 1999-2001, de 7,3 milhões de contos, constitui um programa «de cooperação reforçada, atendendo às necessidades do país», na sequência do conflito militar e político que viveu durante cerca de um ano.

Gama realçou que no âmbito da reabilitação da Guiné-Bissau é muito importante o domínio político-institucional, «para a realização das eleições legislativas e presidenciais que completarão o ciclo de normalidade política».

Além da «confirmação da Guiné-Bissau» como um estado democrático, o chefe da diplomacia portuguesa destacou ainda a necessidade de cooperação nas áreas das infra-estruturas, «muito danificadas», e do tecido empresarial e investimentos, nomeadamente, portugueses, que considerou «essenciais para o país».

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Maria José Constâncio, homologou, no dia 13, dois protocolos de financiamento para a recuperação dos hospitais das misericórdias de Paços de Ferreira e Felgueiras.



Os contratos de financiamento, no montante global de 300 mil contos, foram celebrados ao abrigo do Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Sousa (Prosousa) e abrangem verbas disponibilizadas pelos Ministérios do Equipamento, Planeamento e Administração do Território e da Saúde.

A Misericórdia de Paços de Ferreira foi contemplada com 108 mil contos, cabendo à de Felgueiras o montante de 200 mil contos, verba que se destina à primeira fase da recuperação do hospital Agostinho Ribeiro.

No âmbito de protocolos com o Ministério da Saúde, as duas instituições estão a proceder à recuperação dos antigos hospitais concelhios para poderem prestar cuidados de saúde primários à po-

PELO PAÍS

Governação Aberta

pulação da respectiva área, sobretudo nas áreas dos serviços de urgência, consultas externas e internamento.

No caso de Paços de Ferreira, a Santa Casa da Misericórdia assegura desde há alguns meses o Serviço de Atendimento Permanente (SAP) entre as 20 e as 8 horas do dia seguinte e ainda aos sábados e domingos, precisamente os períodos de encerramento do centro de saúde público.

DESENVOLVIMENTO RURAL

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, garantiu no dia 10, no Peso da Régua, que o Executivo socialista «dará o apoio necessário para a modernização institucional da Região Demarcada do Douro».



Segundo Vítor Barros «cabe à produção e aos outros sectores da região escolherem qual e o melhor modelo interprofissional para o Douro mas, é preciso que nesta fase a região se modernize, porque a concorrência é forte».

O secretário de Estado discursava no final da cerimónia de abertura da I Convenção da Agricultura Duriense, que decorreu na Casa do Douro, no Peso da Régua.

Vítor Barros referiu que «o Governo tem feito muito para a resolução dos problemas da Casa do Douro», garantindo que «a região vai continuar a ser apoiada» no próximo Quadro Comunitário de Apoio, através de financiamentos do Prodouro.

DESPORTO

O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, condecorou João Garcia, ontem, em Algés, com a medalha de mérito desportivo. Recorde-se que Garcia foi o primeiro português a atingir o Pico do Evereste.

EQUIPAMENTO

O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, considerou na passada sexta-feira, dia 10, que o que está lançado em matéria de obras públicas «não permite fazer o jogo eleitoral».

Para João Cravinho, com as reformas institucionais resultantes da extinção da JAE «acabou» o período de inaugurações coincidente com a calendário eleitoral. Cravinho falava, em Lisboa, no Salão No-

bre do seu Ministério, na cerimónia de posse dos membros dos Conselhos de Administração dos institutos das Estradas de Portugal (IEP) e para a Construção Rodoviária.

O ministro do Equipamento referiu-se às «vicissitudes conhecidas» da ex-Junta Autónoma de Estradas (JAE) no último ano, considerando que o organismo sofreu «uma operação de coração aberto, mas que continuou a trabalhar a um ritmo acrescido», graças à «dedicação extraordinária» dos seus responsáveis e pessoal.



O governante adiantou ainda que, dos empreendimentos em curso, «apenas os que correspondem a investimentos de 84 milhões de contos serão inaugurados este ano» em que há eleições.

IMIGRAÇÃO

O alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, José Leitão, fez, no passado dia 10, em Lisboa, o balanço da actividade do Alto Comissariado, ao longo destes quatro anos.



José Leitão, que falava no Pavilhão dos Descobrimientos dos Parques das Nações, garantiu que «a grande maioria das travessuras legislativas (relativas à imigração e às minorias étnicas) já estão em vigor, reconhecendo, porém, não ignorar que resta muito por fazer «no sentido de massificar as respostas para que as boas práticas se tornem a regra geral e para que as leis produzam todos os seus frutos».

Na ocasião, o alto-comissário procedeu à apresentação do relatório «A Integração

dos Imigrantes e das Minorias Étnicas – Linhas de Actuação ACIME 1996/99», um documento que ao longo de 83 páginas presta contas do trabalho realizado, sublinhando as directivas mais importantes na política de integração.

Na próxima edição, o «Acção Socialista» publicará um trabalho aprofundado com base no referido relatório.

Entretanto, é possível dar conta de que, nos últimos três anos, 30 mil imigrantes ilegais, de um total de 40 mil (75 por cento), foram legalizados nas delegações do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), 80 por cento oriundos das comunidades africanas.

O coordenador do processo de legalização, Manuel Paullos, avançou que dos 35 082 requerimentos 945 não foram admitidos.

Os motivos da recusa devem-se ao incumprimento dos prazos de legalização e à insuficiência de documentos apresentados. Cerca de 99 por cento destes casos diziam respeito a cidadãos do Paquistão, Índia e Bangladesh.

SEGURANÇA SOCIAL

O secretário de Estado da Segurança Social e Relações Laborais, Fernando Ribeiro Mendes, inaugurou no dia 10, em Cardielos, Viana do Castelo, o Centro de Dia do Centro Social e Cultural da localidade, que implicou um investimento de 80 mil contos.



O Centro de Dia do Centro Social e Cultural de Cardielos, financiado em 54 500 contos pelo PIDDAC (Plano de Investimento, Despesas e Desenvolvimento da Administração Central), possui uma capacidade para 15 internos, prestando igualmente apoio domiciliário a 20 idosos.

Na cerimónia inaugural, que contou com a presença da atleta Manuela Machado, Fernando Ribeiro Mendes aludiu à importância das «parcerias» entre o Estado e a sociedade, por forma a dar resposta aos problemas sociais mais prementes, como sejam a exclusão e a pobreza, que atingem, sobretudo, os mais idosos.

«São estas parcerias que estão a dar resposta de Norte a Sul do País a este tipo de carências e é por este caminho que vamos prosseguir», frisou.

O secretário de Estado referiu ainda que «os idosos não podem ser olhados como

pessoas sempre dependentes do apoio dos outros», mas sim como pessoas que «podem continuar a trabalhar», dando «voluntariamente o seu contributo à sociedade, através da partilha da sua experiência de vida com as novas gerações».

O programa de deslocação de Fernando Mendes incluiu a inauguração das novas instalações da Segurança Social de Arcos de Valdevez, bem como do Centro Social e Paroquial da Meadela e do Lar de Idosos do Centro Social e Paroquial de Chafe, ambos no concelho de Viana do Castelo.

SOLIDARIEDADE

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, inaugurou na sexta-feira, dia 10, na Lousã, um lar de deficientes profundos e uma estrutura de ocupação laboral para pessoas com deficiência.

O lar está associado à Santa Casa da Misericórdia da Lousã, que foi alvo de obras de remodelação e recuperação, e tem capacidade para acolher 12 deficientes profundos actualmente acomodados no centro de saúde local.

Ferro Rodrigues inaugurou também um edifício para o Sector de Apoio pela Ocupação (SAPO), da Associação de Recuperação de Cidadãos Inadaptados (ARCIL), que custou cerca de 70 mil contos.

Trata-se de uma estrutura de trabalho ocupacional de cerca de 30 pessoas com deficiências moderadas ou graves mas com algum grau de autonomia.



«São pessoas com mais de 16 anos, sem capacidades para assegurar um trabalho normal, mas que podem desenvolver tarefas laborais simples», disse o psicólogo Fernando Silva.

Luvus de lã e a montagem de caixotes de papelão com um kit de campismo (utensílios de plástico para refeições), e de caixas destinadas ao papel higiénico são produtos feitos no local, alguns dos quais encomendados por uma unidade fabril da Lousã.

Além das tarefas laborais, os deficientes preenchem o dia com outras actividades, nomeadamente música, educação física, jogos em computadores, expressão dramática e plástica, bem como cuidados da vida diária.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 9 de Setembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que procede à constituição da Missão Portuguesa em Timor-Leste;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação;
- Um decreto-lei que aprova o regulamento de exploração de Serviço Fixo de Telefone;
- Três decretos-lei que aprovam o regime jurídico do licenciamento e de fiscalização do exercício da actividade das unidades privadas de diálise, da actividade das clínicas de medicina física e de reabilitação privada, e das actividades desenvolvidas em unidades de saúde privadas que utilizem, com fins de diagnóstico, terapêutica e de prevenção, radiações ionizantes, ultra-sons ou campos magnéticos;
- Um decreto que considera área *non aedificandi* certas áreas do terreno confinantes com a Linha Sul, no troço ferroviário entre Pinhal Novo e Setúbal;
- Um decreto-lei que aprova o Estatuto da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários;
- Um decreto-lei que estabelece o regime da titularização de créditos e regula a constituição e a actividade dos fundos de titularização de créditos, das respectivas sociedades gestoras e das sociedades de titularização de créditos;
- Um decreto que procede à regulamentação do decreto-lei que definiu as taxas contributivas aplicáveis no âmbito do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem;
- Um decreto-lei que estabelece o regime de colocação dos funcionários integrados em serviços e organismos que sejam objecto de extinção, fusão ou reestruturação;
- Um decreto-lei que integra no regime geral de segurança social os trabalhadores abrangidos pelo quadro da Electricidade dos Açores, SA, oriundos das autarquias locais, serviços municipalizados ou federação de municípios;
- Um decreto-lei que estabelece regras de antecipação da idade de acesso à pensão de velhice aos profissionais do Bailado Clássico ou Contemporâneo;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica nacional a directiva comunitária sobre a salvaguarda dos direitos a pensão complementar dos trabalhadores por conta de outrem e independentes que se deslocam no interior da Comunidade;
- Um decreto-lei que aprova o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;
- Um decreto-lei que aprova o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas;
- Um decreto-lei que aprova a nova orgânica do Instituto Nacional de Farmácia e do Medicamento;
- Um diploma que altera os artigos 1º e 3º do decreto-lei que cria o sistema multimunicipal de tiragem, recolha selectiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado;
- Um decreto-lei que aprova o Estatuto dos Serviços de Apoio do Tribunal de Contas;
- Um diploma que altera o decreto-lei que criou a base de dados dos recursos humanos da Administração Pública;
- Um decreto que aprova o Protocolo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Moçambique na área da inserção social, assinado em Maputo a 23 de Julho de 1999;
- Um decreto que aprova o Protocolo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Moçambique nas áreas do emprego, da formação profissional, das relações laborais e da segurança social, assinado em Maputo a 23 de Julho de 1999;
- Um decreto regulamentar que altera a estrutura orgânica da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN);
- Uma resolução que declara a utilidade pública do uso privativo de uma parcela dominial sob jurisdição do Instituto Portuário do Norte a ser concessionada à Câmara Municipal de Viana do Castelo, para execução do «Plano de Pormenor para a Área do Parque de Concessões da JAPN»;
- Uma resolução que aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira do Maranhão;
- Uma resolução que constitui, no âmbito do Ministério de Ambiente, uma comissão destinada a acompanhar os trabalhos conducentes à criação dos sistema multimunicipal de captação de água para consumo e de recolha, tratamento e rejeição de efluente do Oeste;
- Uma resolução que declara a cessão da intervenção do Estado na firma António Alves e Companhia, Filhos Sucessor;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor da Zona Habitacional e Desportiva de Leiria - Alpendorada, no município de Marco de Canaveses;
- Uma resolução que aprova a aquisição para o Estado, mediante prévia celebração de um contrato-promessa de compra e venda, das fracções autónomas designadas pelas letras CV, CX, DB, DC, DF e DJ, correspondentes a escritórios no 2º, 3º, 4º e 5º pisos, e BP, BQ, BR, BS, BT, AM, AN, AO, AP, AQ, AV, AX, AZ, BA, BB, BC, BD, BH, BI, e BJ, correspondentes a estacionamento na cave do imóvel, sito em Lisboa na Rua dos Lusíadas n.º 7/9;
- Uma resolução que aprova a aquisição de um imóvel conhecido por «Antiga Casa do Gaiato», localizado na Região Autónoma dos Açores, no caminho para Belém, freguesia da Terra-Chã, concelho de Angra do Heroísmo, destinado a estabelecimento prisional.

DESTAQUE – CM

Telefones fixos

REGULADA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO

O Governo socialista deu carta branca a um novo regulamento de exploração de Serviço Fixo de Telefone. A decisão foi tomada na passada reunião de Conselho de Ministros, realizada no dia 9, em Lisboa.

Aproximando-se o termo do regime transitório relativo à aplicação do princípio da liberalização das telecomunicações à prestação do serviço fixo de telefone (SFT), bem como à instalação, estabelecimento e exploração das redes de telecomunicações que o suportam, O Executivo do camarada António Guterres considerou necessária uma alteração do enquadramento legal destas matérias, para vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2000.

Assim, o diploma aprovado consagra um novo regime que se aplica aos prestadores de SFT e aos operadores de redes telefónicas fixas, licenciados para o efeito nos termos do decreto-lei n.º 381-A/97, de 30 de Dezembro (acesso à actividade de operador de redes públicas de telecomunicações de uso público); e à concessionária do serviço público de telecomunicações.

Do novo regime importa destacar:

- A identificação de obrigações específicas aplicáveis a operadores e prestadores com poder de mercado significativo (prestadores designados pelo ICP, após parecer da Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência).
- A inclusão de normas relativas à qualidade do serviço, matéria que deixa de ser tratada em sede de convénio (compete ao Instituto das Comunicações de Portugal publicar, por aviso em «Diário da República», os



indicadores de qualidade e objectivos de desempenho).

- O estabelecimento das condições de oferta das redes telefónicas fixas, bem como o respectivo acesso especial. Tais informações devem ser publicadas e disponibilizadas pelos prestadores de SFT e têm nomeadamente de incluir o tarifário, o tempo necessário para a ligação inicial, as condições e formas de compensação ou de reembolso, os tipos de serviços de manutenção oferecidos, os indicadores de qualidade de serviço, e os procedimentos em caso de não pagamento das importâncias das facturas.
- A fixação do regime de preços em concorrência.
- A inclusão das normas de instalação e exploração de postos públicos para acesso ao SFT, em regime de concorrência, quer estes sejam explorados por um prestador de SFT, quer por outra entidade legalmente habilitada.
- O reforço da possibilidade de intervenção da entidade reguladora (ICP) na resolução de litígios.

DESTAQUE – CM

Saúde

LICENÇA PARA TRATAR

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 9, em Lisboa, três decretos-lei que estabelecem o regime jurídico do licenciamento e de fiscalização do exercício da actividade das unidades privadas de diálise, da actividade das clínicas de medicina física e de reabilitação privada, e das actividades desenvolvidas em unidades de saúde privadas que utilizem, com fins de diagnóstico, terapêutica e de prevenção, radiações ionizantes, ultra-sons ou campos magnéticos.

Estes diplomas definem uma organização jurídico-formal que visa assegurar a aplicação harmoniosa dos processos de licenciamento das referidas unidades de saúde conducente à atribuição de uma licença de funcionamento que constitui condição *sine qua non* da prestação daqueles serviços à comunidade.

Com vista à concretização deste objectivo, é criada uma Comissão Técnica Nacional que emite parecer técnico sobre todos os processos de licenciamento instruídos pelas Administrações Regionais de Saúde (ARS).

Os diplomas institucionalizam, igualmente, um sistema, de âmbito regional, de avaliação e fiscalização contínua dos cuidados de saúde das áreas respectivas de cada uma das unidades referidas, criando, para o efeito, as Comissões de Verificação Técnica de constituição tripartida - ARS, Ordens dos Médicos e dos Farmacêuticos, assessoradas por peritos e pelos Serviços Técnicos das ARS.

A responsabilidade de fiscalização das unidades privadas prestadoras de cuidados de saúde pressupõe, naturalmente, a fixação dos respectivos critérios de apreciação para o reconhecimento do cumprimento dos requisitos e condições de funcionamento, com o intuito de garantir os melhores resultados em saúde com inteira satisfação dos seus utentes.

Na disciplina legal que se consagra sobressaem, para além dos parâmetros gerais, a previsão de programas de controlo de qualidade e de um manual de boas práticas, enquanto elementos incitativos de melhores resultados analíticos.

DESTAQUE – CM

Timor-Leste

ACÇÕES OFICIAIS DE SOCORRO

O Conselho de Ministros reiterou, no dia 9, a decisão anteriormente tomada pelo Governo de pedir uma reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU a fim de apreciar a grave deterioração da situação de segurança em Timor-Leste e propor a constituição de uma missão de paz a enviar para o território.

O Conselho ouviu exposições detalhadas feitas pelo primeiro-ministro, António Guterres, e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, sobre os contactos internacionais realizados em permanência pelo Executivo português no sentido de impulsionar a comunidade e as organizações internacionais a uma acção rápida e firme em relação a Timor. Assim, o Governo socialista decidiu constituir um grupo de contacto coordenado pelo comissário para a Transição em Timor-Leste a fim de accionar de imediato a contribuição portuguesa, em preparação, para o apoio humanitário de urgência às populações deslocadas em Timor-Leste.

O Executivo decidiu igualmente accionar com a maior urgência os competentes organismos da ONU para agirem em



sentido idêntico.

Também na reunião da passada quinta-feira, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução onde está prevista a constituição da Missão Portuguesa em Timor. As funções da Missão de Observação Portuguesa ao Processo de Consulta da ONU em Timor-Leste (MOPTL), constituída nos termos dos acordos entre Portugal, a Indonésia e as Nações Unidas sobre a questão de Timor-Leste de 5 de Maio de 1999, cessarão quando se completar o actual processo de consulta a cargo da UNAMET.

Não querendo Portugal a criação de uma situação de vazio de representação nacional após a retirada da MOPTL e tendo sido acordado, nas negociações tripartidas entre Portugal, a Indonésia e as Nações Unidas, a presença de tal representação no período temporal em causa, procedeu-se à constituição da Missão, atribuindo-lhe a função de assegurar uma representação portuguesa naquele território no período situado imediatamente após a consulta ao povo timorense e o cumprimento das formalidades necessárias à concretização do resultado.

DESTAQUE – CM

Urbanismo

RENOVAÇÃO DO REGIME DE LICENCIAMENTOS

O Executivo socialista decidiu, no passado dia 9, em reunião de Conselho de Ministros, estabelecer o regime jurídico da urbanização e edificação.

O decreto-lei aprovado, e que constitui uma das vertentes de concretização da Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo, trata conjuntamente a urbanização e a edificação visando, assim, ultrapassar alguns aspectos dissonantes resultantes da dispersão legal do regime actualmente em vigor.

Do novo regime importa salientar algumas inovações como a de substituir o procedimento de licenciamento, que subsiste em algumas situações, por um procedimento simplificado de autorização.

O novo procedimento dispensa a consulta a entidades estranhas ao município e dispensa, igualmente, a apreciação dos projectos de arquitectura e das especialidades nos casos de loteamentos urbanos e/ou trabalhos de remodelação de terrenos em áreas abrangidas por plano de pormenor; obras de urbanização em áreas de loteamento licenciado; obras de construção e/ou de ampliação de edifícios



os em áreas abrangidas por plano de pormenor ou operação de loteamento; obras no exterior dos edifícios em áreas abrangidas por plano de pormenor; obras

de reconstrução ou de demolição; e alteração da utilização de edifícios em área abrangida por plano municipal de ordenamento do território.

Por seu turno, o procedimento de licenciamento é substituído por um procedimento de mera comunicação prévia à Câmara Municipal quando a pretensão tenha escassa ou nenhuma relevância urbanística.

No âmbito do normal procedimento de licenciamento as operações de loteamento ficam sujeitas a prévia discussão pública. Admite-se ainda a possibilidade de concessão de licença parcial para a construção da estrutura de um edifício, mesmo antes da aprovação final do projecto da obra (ultrapassada a fase de apreciação urbanística da obra permite-se o início da execução da mesma enquanto decorre a fase de apreciação dos respectivos projectos de especialidade, o que vem reduzir, em termos úteis, o tempo de espera necessário para a concretização de um projecto imobiliário).

Na resolução aprovada consagra-se expressamente o princípio da protecção do existente em matéria de obras de edificação. Trata-se de um princípio relativamente esquecido nas sucessivas revisões do regime de licenciamento municipal de obras particulares.

FINLÂNDIA

Ecofin

PORTUGAL EM DEFESA DO SECTOR DA RESTAURAÇÃO

No Ecofin informal que decorreu no passado fim-de-semana Turku (Finlândia) Portugal bateu-se determinado em defesa do sector da restauração.

No entanto, ficou isolado na defesa da integração da restauração no elenco de actividades em que o IVA poderá ser reduzido.

A posição portuguesa, conforme salientou o secretário de Estado do Tesouro, Teixeira dos Santos, visa que a União Europeia reconheça a redução do IVA, de 17 para 12 por cento, decidida pelo Governo há três anos, e que Lisboa possa ter o poder de baixar a taxa aplicável ainda mais, caso isso seja necessário para o fomento do emprego.

Contudo, Teixeira dos Santos escusou-se a assumir um compromisso de baixa do IVA, caso a restauração venha a ser incluída no rol de actividades em que este imposto poderá ser reduzido.

Na reunião, que registou a presença dos titulares das Finanças e dos bancos centrais dos 15 membros da UE, foi aprovado o elenco das actividades em que o IVA poderá ser reduzido, apresentado pela presidência finlandesa, e onde se incluem actividades como as das pequenas reparações, cabeleiros ou prestações de cuidados domiciliários.

Acordo global

Para o acordo global falta superar a intenção portuguesa de incluir a restauração no rol de actividades, o que irá ser discutido no próximo conselho formal do Ecofin, que decorre em Bruxelas a 8 de Outubro.



Para essa data ficou também por decidir a questão da presidência do Banco Europeu de Investimentos (BEI), à qual Portugal candidatou o ex-ministro das Finanças, Vítor Constâncio.

Também nesta matéria, que esteve em cima da mesa, Portugal parece ter ficado praticamente isolado, apenas com o apoio da Espanha, pois a maioria dos países estará mais disponível para apoiar o belga Philippe Maystadt.

Uma questão que Teixeira dos Santos torneou, tendo apenas adiantado que ainda não houve consenso e que desconhece quaisquer favoritismos do candidato belga.

O pacote fiscal, cuja conclusão está prevista para Dezembro - na cimeira de Helsínquia, que encerra a presidência finlandesa -, foi outro dos temas em discus-

são, sobretudo devido à tributação das poupanças, um ponto em que Reino Unido e Luxemburgo apresentam algumas resistências.

Londres e Luxemburgo pretendem isentar a tributação dos eurobonds e das poupanças geradas pelos fundos de investimento.

Optimismo

Contudo, na conferência de Imprensa final, o secretário de Estado do Tesouro exprimiu o seu optimismo, na linha das opiniões da presidência, de que o assunto poderá estar concluído em Dezembro.

«Fizeram-se progressos e apenas subsistem alguns problemas técnicos quanto à tributação das poupanças», frisou Teixeira dos Santos, numa referência às reticências

as britânica e luxemburguesa.

Um ponto onde houve optimismo foi na discussão da situação económica dos Quinze, com os Estados membros a reforçarem a sua satisfação pela retoma económica na União e pelas situações orçamentais de cada um dos países.

Teixeira dos Santos relembrou que recentemente o Executivo de Lisboa reviu a sua previsão de défice orçamental, que agora devesse situar-se nos 1,8 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), menos 0,2 pontos percentuais do que os 2 por cento anteriormente antecipados.

Finalmente, e quanto ao euro, os responsáveis comunitários decidiram que não haverá antecipação na circulação das notas e, quanto às moedas, haverá a possibilidade de venda de um «kit» de moedas duas semanas antes de 1 de Janeiro de 2002 (data da entrada em circulação do euro), para que as pessoas se familiarizem com a nova moeda, mas sem possibilidade de serem utilizadas.

O encurtamento do período de dupla circulação foi igualmente discutido pelos Quinze que, apesar de terem concordado nas suas vantagens, ainda não decidiram formalmente a sua posição, devido à subsistência de alguns problemas logísticos. Um ponto em que Portugal mostrou o seu optimismo, tendo o governador do Banco de Portugal frisado que o País está preparado para num curto espaço de tempo por euros em circulação e retirar os escudos. «Contudo, e em qualquer dos casos, os escudos manterão a sua validade legal no período normal de 20 anos, pelo que poderão ser trocados durante esse tempo», frisou António de Sousa.

BRUXELAS

Timor Lorosae

EURODEPUTADOS MANIFESTAM-SE FRENTE À EMBAIXADA INDONÉSIA

Os eurodeputados socialistas portugueses participaram na semana passada, em Bruxelas, numa manifestação frente à Embaixada da Indonésia.

Objectivo: protestar contra as atrocidades que os militares estão a cometer em Timor Lorosae.

O camarada Mário Soares, juntamente com uma eurodeputada «Verde», Nelly Maes, acabou por entrar na residência e falar com o embaixador.

O ex-Presidente da República apresentou as preocupações de Portugal e da comunidade internacional, no sentido de cessarem as atrocidades e de se respeitar o resultado do referendo de 30 de Agosto, em que a maioria esmagadora do povo timorense votou pela independência de Timor-Leste.

De salientar que ao longo de toda a semana o camarada Mário Soares foi solicitado a fazer comentários e a dar entrevistas a rádios e jornais de várias partes da Europa sobre os trágicos acontecimentos em Timor.

Num notável artigo publicado no «Público» e depois em outros jornais europeus, o fundador do PS afirma: «Esta vontade de independência tão claramente demonstrada no referendo pelo povo timorense representa o momento exacto - e exemplar - do nascimento de uma nação», acrescentando que «ninguém o pode ignorar ou apagar. É indelével. Contra ele, na sua expressão simbólica, em si própria inatacável, nada pode a força bruta das milícias e dos exércitos indonésios ou as violências ulteriores, por maiores que sejam».

J. C. C. B.

TIMOR-LESTE

Solidariedade

BONO, GABRIEL E GELDOF E PRÉMIOS NOBEL APELAM À INTERVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Cresce a indignação mundial pelo genocídio perpetrado pelos responsáveis indonésios contra o povo de Timor-Leste. Só os grandes deste mundo continuam indiferentes. Revoltante. Interesses económicos e geo-estratégicos «obliga».

Entretanto, recentemente, um apelo à intervenção das Nações Unidas em Timor-Leste foi lançado na Irlanda.

O dramático apelo conta com o apoio dos Prémios Nobel da Paz John Hume, David Trumble e Mairead Maguire e do Prémio Nobel da Literatura o poeta Seamus Heamey.

Apoiam a iniciativa os músicos Bono e The Edge, dos U2, Peter Gabriel, Bob



Geldof, Edna O'Brien e Chris de Burgh, o actor Pierce Brosnan e o realizador John Boorman.

J. C. C. B.

ENTREVISTA

Marçal Grilo

«CONSOLIDAR, CONTINUAR A INOVAR E A MODERNIZAR»

Marçal Grilo, em entrevista ao Diário de Notícias, publicada no dia 13, fala do actual estado da educação, do ensino superior e das suas relações com Guterres. Uma entrevista em que ficou patente que a paixão do Governo pela educação continua ao rubro e está para durar, ao contrário de muitos que vaticinavam o seu fim. O ministro da Educação revela que o grande lema para o ano lectivo que agora começa é «consolidar, continuar a inovar e a modernizar». Questionado sobre como serão as escolas secundárias do futuro, o titular da pasta da Educação refere que «vão ser escolas com uma grande flexibilidade de movimentos, com uma grande capacidade para interagir, com um grau de tecnologia e acesso à informação muito elevado, com grandes relações com o exterior». Relativamente ao ensino superior privado, Marçal Grilo considera que este grau de ensino «vai ter de se consolidar e de



repensar a sua organização», porque, frisa, «os pressupostos de há dez anos estão manifestamente alterados».

Paixão ao rubro

Por outro lado, o ministro disse não defender o alargamento da escolaridade obrigatória como medida legislativa, «mas como uma obrigatoriedade de todos os jovens, dos 15 aos 18 anos, estejam em formação, seja no secundário na via de ensino, em cursos profissionais ou em cursos de iniciação de aprendizagem, ligados ao Ministério do Trabalho». Quanto à sua permanência à frente da pasta da Educação, Marçal Grilo lembra que a única pessoa responsável pela escolha do Governo é o primeiro-ministro. Na entrevista, Marçal Grilo tece ainda rasgados elogios a António Guterres, referindo que o líder do PS «tem uma trajectória e um conjunto de interesses e uma visão e experiência que o indicam para primeiro-ministro».

J. C. CASTELO BRANCO

HABITAÇÃO

Leonor Coutinho afirma

2001 – PORTUGAL SEM BARRACAS

Portugal vai estar livre de barracas no ano 2001. Finalmente. A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, revelou no dia 12, durante a cerimónia de uma entrega de 43 títulos de habitação, em Rio de Mouro, que a maioria das autarquias concluirão o Plano Especial de Realojamento (PER) até 2001. Nessa altura, adiantou, deverão estar realojadas a quase totalidade das 50 mil famílias inscritas em 1993 e o Estado terá gasto cerca de 500 milhões de contos. Presente na cerimónia, Edite Estrela, uma das autarcas-modelo do PS, lembrou Timor. Afirmou, a propósito, que numa altura em que «muitos passam grandes dificuldades,

perderam as casas e as vidas, temos uma obrigação acrescida de preservar e valorizar ainda mais os bens que temos, a sorte que temos». Agora que tudo aponta para que Portugal se veja livre do flagelo das barracas, que a todos envergonha, graças a um notável esforço do actual Governo, é necessário apontar ainda mais as baterias contra a escandalosa especulação imobiliária e intervir no mercado, construindo habitações a custos controlados para arrendamento para um vasto conjunto de cidadãos que não têm capacidade financeira para adquirir casa com os actuais preços especulativos de mercado.

J. C. C. B.



POLÍTICA RODOVIÁRIA

Auto-estradas

PORTUGAL É PAÍS «MAIS EVOLUÍDO» DA UE

«Não fora a preocupação constante e a angústia permanente com o acompanhamento da situação dramática que continua a viver-se em Timor-Leste e este seria para mim, como primeiro-ministro e sobretudo como beirão e como homem do interior, um dia profundamente feliz». Foi com estas palavras que o primeiro-ministro, António Guterres, saudou, no dia 13, em Castelo Branco a assinatura da primeira concessão de auto-estrada em regime «scut».

Guterres falava no Convento da Graça, onde decorreu o acto de oficialização da concessão da Auto-estrada da Beira Interior - a primeira em regime de ausência de custos para o utilizador, sendo o Estado a pagar directamente as portagens, segundo o tráfego registado.

«Este novo sistema radicalmente inovador vai transformar Portugal no mais moderno e evoluído país da União Europeia em política rodoviária», disse o chefe do Executi-



vo socialista.

O contrato de concessão assinado na segunda-feira, que corresponde a um investimento total de 201 milhões de contos, permitirá a construção de 176 quilómetros de auto-estrada, entre Abrantes e Guarda, que deverá estar totalmente concluída em três anos.

Do total do investimento, 117 milhões de contos dizem respeito à construção da via propriamente dita, enquanto 84 milhões são destinados à exploração, manutenção e grandes conservação periódicas ao longo da concessão atribuída à empresa Scutvias nos próximos 30 anos.

Na sua intervenção, Guterres afirmou que «finalmente» foi possível lançar a «primeira grande auto-estrada do interior em Portugal e, simultaneamente, realizar pela primeira vez uma inovação fundamental na política rodoviária, ou seja, adjudicar um troço relevante de auto-estradas ao sector privado em regime de portagens não pagas pelo utilizador».

O primeiro-ministro justificou a atribuição da primeira concessão em regime «scut» entre Abrantes e a Guarda por se tratar de «uma região particularmente pobre e desfavorecida», face ao litoral, razão para que seja a «comunidade nacional a suportar o encargo» das portagens neste troço durante um período de três décadas.

O governante referiu-se à cerimónia do dia 13 como «mais um passo decisivo» para a concretização daquilo que foi definido como uma «política essencial» do Executivo socialista, transformando «um litoral de auto-estradas numa rede nacional de auto-estradas interligadas com a rede ibérica e europeia de auto-estradas».

O primeiro-ministro, que se encontrava acompanhado pelo ministro do Equipamento, João Cravinho, salientou ainda que neste momento estão em curso 14 concessões, para além da ampliação da rede da Brisa, o que representa um total de 1 500 quilómetros de auto-estrada até 2004.

AGRICULTURA

Censo geral

UMA RESPOSTA COMPLETA E REAL

O Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) 1999, que se inicia a 15 de Outubro e se prolongará por cinco meses, custará mais de três milhões de contos e mobilizará 2 200 pessoas, incluindo mais de 1 600 entrevistadores.

A operação censitária foi apresentada, no dia 13, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), e visa proporcionar uma quadro de informação completo sobre a realidade da agricultura e dos agricultores portugueses.

O director do Departamento de Estatísticas da Agricultura e Pescas do INE, António Macedo, salientou que o RGA'99 vai permitir conhecer o número de agricultores, as áreas das diferentes culturas e se são ou não de regadio, o número de animais e a distribuição por categoria, a maquinaria agrícola e as características da população agrícola, com desagregação ao nível de freguesia.

António Macedo frisou que o actual inquérito, de 12 páginas, tem aspectos inovadores que permitem obter dados sobre desenvolvimento rural e ambiente.

Serão inquiridas todas as propriedades com mais de um hectare e as que, sendo menores, têm determinadas áreas mínimas de cultivos específicos (500 metros quadrados de flores, por exemplo) ou um mínimo de animais (uma vaca leiteira), de acordo com critérios comunitários e nacionais, visando inquirir pelo menos 99 por cento dos agricultores, segundo António Macedo.

O director do INE observou que o recenseamento geral agrícola é obrigatório em toda a União Europeia, tem por base uma metodologia harmonizada e possibilita ob-



ter um quadro geral de informação agrícola comparável entre os Quinze.

O presidente do INE, Carlos Corrêa Gago, recordou que se realizam recenseamentos agrícolas em Portugal desde os anos 50, mas apenas para o Continente, tendo o primeiro recenseamento agrícola simultâneo para todo o território decorrido em 1989.

Corrêa Gago sublinhou ainda que esta é, a seguir ao Recenseamento Geral da População e Habitação, a operação estatística mais importante em termos de organização e custos, destacando que tem havido uma participação activa do Ministério da Agricultura no apoio aos trabalhos de campo.

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Victor Barros, sublinhou que muitas das interrogações formuladas nos últimos anos acerca da agricultura e da sua evolução terão resposta no próximo ano.

Observou que a importância do RGA'99 é potenciada pela necessidade de um novo modelo de agricultura decorrente da globalização e das exigências dos consumidores.

DESENVOLVIMENTO

Procoa

ACÇÃO INTEGRADA PARA VALE DO CÔA

O Executivo socialista vai desenvolver uma Acção Integrada de Desenvolvimento (AID) a aplicar nos nove concelhos integrados no Programa Integrado de Desenvolvimento do Vale do Côa (Procoa).

O anúncio foi feito, no dia 14, em Foz Côa, pela secretária de Estado do Desenvolvimento do Território, Maria José Constâncio.

Segundo o Gabinete da governante, a próxima AID «substitui e continua o esforço de intervenção realizado pelo Procoa» e vigorará no âmbito do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA), mas a sua fórmula de financiamento «será ligeiramente diferente da utilizada no actual Programa de Desenvolvimento Integrado (PDI).

Assim, a AID vai possuir «um orçamento de acções específicas» para o período de 2000 a 2006, além de que «o orçamento na sub-região vai contar com outras componentes, combinando os recursos nacionais, comunitários e das autarquias».

Até fins de Agosto último, o Procoa aprovou 302 projectos correspondentes ao investimento total de 21 632 mil contos, correspondente ao apoio de 14 780 mil contos.

Encontram-se em execução ou já executados projectos a que foi concedido o apoio de 5 368 mil contos, estando previsto, a curto prazo, a assinatura de um protocolo entre o Procoa e outras entidades, destinado a recuperar a linha férrea entre Pocinho e Barca D'Alva - desactivada pela CP há mais de dez anos.

Recorde-se que o Procoa foi criado em 1994, para vigorar até este ano, no âmbito

do segundo QCA. Até agora foram aprovados 128 projectos por programas operacionais equivalentes ao investimento total de 13 967 480 contos que beneficiaram da comparticipação de 955 447 contos e de 675 004 do Fundo Europeu Para o Desenvolvimento Regional (FEDER).

Relativamente a «acções específicas», foram aprovados 68 projectos, correspondentes a 4 502 413 contos, comparticipados em 3 315 478 contos e 1 418 545 do FEDER, enquanto os 105 projectos aprovados equivaleram a 3 333 585 contos de investimento com a comparticipação de 1 472 311 contos e 427 796 do FEDER.

Recentemente foram estabelecidos contratos entre o Procoa e promotores de projectos de investimentos estimados em 430 mil contos e que tiveram o incentivo financeiro de 270 mil contos correspondentes a infra-estruturas, bem como a equipamentos de carácter público e privado.

Para Vila Nova de Foz Côa está prevista a instalação de um parque temático dedicado ao período Paleolítico que, segundo a secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, «passa pela constituição de uma empresa liderada pela Administração Central e em cujo capital social os municípios interessados poderão participar», mas é admitida a exploração através de concessão a entidades privadas com experiência no sector.

O Procoa envolve os concelhos de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Pinhel, Sabugal, Meda, Trancoso, Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo.

GRANDES APOSTAS NA GESTÃO DE INFORMAÇÃO

O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, inaugurou, ontem, na Delegação Regional do Instituto Português da Juventude (IPJ), o Gabinete de Apoio à Sexualidade Juvenil de Lisboa.

Um protocolo assinado na mesma ocasião entre o IPJ e a Sub-Região de Saúde de Lisboa tem como objectivo a criação de um espaço de informação, aconselhamento, orientação e encaminhamento, que será gratuito, anónimo e confidencial, procurando contribuir para esclarecer os jovens relativamente a assuntos relacionados com educação sexual e planeamento familiar.

Esta iniciativa, conforme sublinhou o delegado regional do IPJ de Lisboa, José Manuel Viegas, «insere-se no âmbito das prioridades da política de Juventude delineada pelo secretário de Estado da Juventude, para as questões da sexualidade juvenil, planeamento familiar e estilos de vida saudáveis».

José Manuel Viegas frisou que o Gabinete surge «em complemento da Linha da Sexualidade, em funcionamento há mais de um ano, com o sucesso que lhe é conhecido».

Reiterando a necessidade de uma aposta na qualidade do serviço, o delegado regional do IPJ destacou a estreita colaboração encetada entre o IPJ e o sector médico, representado pela Sub-Região de Saúde. Viegas realçou ainda a recente inauguração de uma outra estrutura subalterizada aos problemas da juventude. Trata-se do Centro de Atendimento a Adolescentes - «Aparece», onde os utentes beneficiam, sempre que solicitado, de um acompanhamento médico em áreas tão importantes como a da Ginecologia, Dermatologia, Endocrinologia, Estomatologia, Oftalmologia, Ortopedia, Psiquiatria e Alergologia. O Gabinete de Apoio à Sexualidade Juvenil funcionará inicialmente às segundas-feiras e sábados, entre as 16 e 20 horas. No protocolo assinado ontem, prevê-se um ajuste do calendário, horário e período de funcionamento deste espaço de informação juvenil, em função da procura do serviço por parte dos jovens que se vier a verificar.

A promoção dos cuidados de saúde sexual, reprodutiva e juvenil, mediante o apoio de uma equipa técnica especializada são as valências desta estrutura, que visa ser um espaço de encontro de jovens, onde estes possam ser devidamente esclarecidos sobre os vários cuidados a ter com a saúde sexual, reprodutiva e juvenil.

Na área da sexualidade, a Secretaria de Estado da Juventude disponibilizou já uma linha telefónica gratuita - «Sexualidade em Linha»: 0800 22 20 02 - a que todos os jovens podem aceder para obter informações relativamente a questões relacionadas com o planeamento familiar e a educação sexual.



www.sejuventude.pt

Na terça-feira foi apresentado o Centro Nacional de Informação Juvenil na Internet (CNJI). Trata-se de uma medida que surge como iniciativa da Secretaria de Estado da Juventude, no desejo de fomentar uma comunidade virtual para os jovens de língua portuguesa que, pelo seu conteúdo temático e dinamismo, permita uma melhor divulgação da informação juvenil e a resposta eficaz a todas as questões fundamentais dos jovens.

Este ciber-centro juvenil tem à partida três metas prioritárias delineadas em outras três importantes áreas funcionais.

Área temática onde se concentra todo o conteúdo informativo é o local onde os jovens encontram toda a informação do seu interesse, como Educação e Formação Profissional, Emprego, Habitação e Saúde e Sexualidade.

O local onde são divulgadas e estão disponíveis as informações sobre todos os acontecimentos e iniciativas para e em prol da juventude, tanto de âmbito nacional, como regional dá pelo nome de «Notícias e Eventos».

Por fim, a base de dados de utilizadores foi concebida por forma a permitir que os jovens se registem como membros do site, criando-se a possibilidade de uma maior interacção e comunicação entre os

jovens e o Instituto Português da Juventude.

Para além das áreas funcionais o Centro Nacional de Informação Juvenil na Internet possui ainda uma área de Fórum para o debate dos grandes temas de interesse juvenil e a médio prazo terá também um espaço de conversação *on-line*.

Tendo por base um modelo inovador que permitiu a criação de grupos de «utilizadores» com privilégios de manutenção, o CNJI veicula um salto qualitativo na gestão da informação. É que, se por um lado, permite que a informação seja gerada por diferentes centros de competência (as 18 Delegações Regionais do IPJ e as cerca de 900 Associações Juvenis podem inserir directamente informação, notícias e eventos), por outro lado, viabiliza igualmente a recolha automática da informação de sistemas da responsabilidade de outras entidades, possibilitando a prestação de informação de encaminhamento sobre temáticas mais gerais, mas de interesse para os jovens.

Toda a informação acessível a partir deste Centro virtual foi estruturada segundo a óptica do utilizador (jovem que consulta) sendo por isso de pesquisa intuitiva. No menu principal, primeiro nível de acesso, encontra-se a «Notícias e Eventos», uma página onde correm permanentemente os títulos da informação disponi-

vel; a «Entrada para o Fórum»; a «Entrada para o registo de utilizadores» e a página «O que há de novo no site», um espaço de consulta sobre áreas temáticas diversas - Educação e Formação Profissional; Programas para a Juventude; Emprego e Criação de Empresas; Associativismo Juvenil; Ambiente; Cidadania; Férias e Tempos Livres; Saúde e Sexualidade; Cartão Jovem; Pousadas da Juventude; Habitação e Estrangeiro.

Lançamento de livro

O lançamento público da obra «Jovens em Portugal - Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas 1960/1997», realizou-se, ainda na passada terça-feira, dia 14, na Delegação Regional do IPJ de Lisboa.

O livro, cuja edição teve o apoio da Secretaria de Estado da Juventude, foi apresentado por Manuel Villaverde Cabral, numa cerimónia que contou com a presença do secretário de Estado, Miguel Fontes, e do presidente do Instituto Português da Juventude, João Paulo Saraiva.

Outras publicações como «Jovens Portugueses Hoje» e «Consciência Histórica e Identidade - Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu» têm igualmente beneficiado desta política de Juventude pautada pela aposta na formação e na informação.

MARY RODRIGUES

GOVERNO ENCERRA MAIS LARES CLANDESTINOS

Dois lares de idosos de Pombal e Figueira da Foz foram encerrados na semana passada por não respeitarem as condições mínimas de funcionamento, revelou o director regional da Segurança Social do Centro.

O primeiro a fechar foi o de Pombal, sucedendo-lhe o da Figueira da Foz, no dia 10. Esta semana está previsto o encerramento de um outro, que funcionava clandestinamente na Guarda.

As falhas foram detectadas durante uma inspecção realizada no início do Verão na Região Centro, registando-se 12 lares em situação irregular.

«Tem de haver a garantia de que os idosos vão para locais condignos - daí a necessidade deste faseamento, que, por vezes, as pessoas não entendem e criticam», afirmou Nuno Filipe.

Segundo o responsável, os lares de Pombal e da Figueira da Foz pertencem à mesma proprietária e albergam, respectivamente, 38 e 20 pessoas.

As famílias e a proprietária vão encarregar-se de instalar uma parte dos idosos, «com o acompanhamento da Segurança Social, que exige saber em que condições e que vão ficar», e os restantes serão transferidos para Instituições Particulares de Solidariedade Social, garantiu.

«Pombal é a chaga maior» no que respeita aos 12 centros de acolhimento de idosos ilegais detectados na Região Centro



- nos distritos de Coimbra, Aveiro, Leiria e Guarda - disse Nuno Filipe, acrescentando que vão ser encerrados outros lo-

cais naquele concelho. O responsável explicou que houve também «dois ou três casos de lares que, por

serem pequenos e albergarem pouca gente, cerca de seis ou sete pessoas, se resolveram por eles próprios», sendo dois deles em Coimbra.

«Depois desta primeira fase, ficam alguns casos para resolver até ao final do ano, a maior parte em Pombal. Em Castelo Branco, Viseu e Guarda não constou, nesta acção de fiscalização, que houvessem situações ilegais, mas estas poderão ser detectadas futuramente», acrescentou.

Problemas de instalações, falta de higiene, espaços acanhados, barreiras arquitectónicas, alimentação duvidosa, perigosidade a incêndios e algum tratamento desumanizante foram as principais deficiências detectadas na acção de fiscalização que, pela primeira vez, envolveu um equipa composta por um técnico de Segurança Social, outro da área dos bombeiros e um elemento da Administração Regional de Saúde.

Nuno Filipe alertou também para a necessidade de cidadãos e autarcas colaborarem na fiscalização, denunciando os casos de que tiverem conhecimento, porque «como o próprio nome indica os lares funcionam na clandestinidade e parecem habitações normais, o que torna difícil a sua detecção».

«A fiscalização pertence a cada distrito e vai para a rua de boa vontade, mas se não houver esta colaboração, torna-se difícil descobrir os casos irregulares», salientou.

GOVERNO APOSTA NO GÁS NATURAL PARA SERVIR HOSPITAIS E AMBIENTE

Os ministérios da Economia e da Saúde estabeleceram no passado dia 30 de Agosto, em Lisboa, um protocolo para a gestão de energia nas unidades de saúde que prevê a utilização de gás natural, numa perspectiva de redução de custos e protecção do ambiente.

Para o ministro da Economia, Pina Moura, o documento que assinou juntamente com a titular da pasta da Saúde, Maria de Belém Roseira, enquadra-se nas grandes linhas da política energética do Governo: «Produzir energia mais barata, mais limpa e racionalizar os custos o mais possível».

Segundo um estudo da Direcção-Geral de Energia, é possível reduzir em cerca de 12 por cento os custos de energia nos serviços hospitalares do Sistema Nacional de Saúde.

«O gás natural é o elemento estruturante



da modernização do nosso sistema energético», sublinhou.

Pina Moura referiu que os principais beneficiários desta evolução são os consumidores finais.

O ministro manifestou-se convicto de que, «a breve prazo», o gás natural terá um agente regulador independente, à semelhança do que já acontece com a electricidade.

Os serviços de Saúde, a Direcção-Geral de Energia e a Gás de Portugal vão agora desenvolver um trabalho conjunto com vista ao estudo de projectos e investimentos para a optimização dos recursos energéticos nos hospitais.

Antes de assinar o protocolo, a ministra da Saúde frisou que o objectivo final é «associar à defesa do ambiente um processo mais racional de gestão», considerando que esta será a grande batalha do próximo século.



Albufeira

Concurso de Artes

Numa iniciativa da Câmara de Albufeira, realizou-se o Concurso-exposição «Cores e Formas dos Nossos Artistas», que registou a participação de 27 concorrentes que apresentaram um total de 104 obras nas modalidades de pintura, escultura e desenho.



Cascais

Dança Contemporânea

Numa iniciativa da Câmara de Cascais, a Companhia Portuguesa de Bailado Dança Contemporânea trouxe ao Auditório do Parque Palmela, em Cascais, uma noite mágica, com entrada livre, nos dias 10 e 11, com o espectáculo «Concerto em Sol Maior», uma coreografia da Vasco Wellenkamp, com música de Maurice Ravel.



Faro

Câmara apoia o Teatro

A Câmara Municipal de Faro e a ACTA – Companhia de Teatro do Algarve assinaram um protocolo, «o qual deve ser visto como um investimento a médio e longo prazo, tendente à fixação de uma oferta cultural e a fomentar o aparecimento de novos valores no âmbito do teatro».

Segundo o protocolo, a autarquia atribui à ACTA um apoio financeiro de três mil contos, que, por sua vez, e em contrapartida, compromete-se a apresentar oito espectáculos gratuitos nas freguesias rurais do concelho.

Felgueiras

Ecocentro de Várzea

O Ecocentro de Várzea está concluído. O equipamento está integrado no «Pacote do Ambiente» da Valsousa – Associação de Municípios do Vale do Sousa, custou cerca de 56 mil contos, tendo sido financiado em 85 por cento pelo Fundo de Coesão.



Prossegue, desta forma, a qualificação ambiental do concelho de Felgueiras, depois de terem sido colocados ecopontos junto das principais escolas do concelho e desenvolvidas campanhas de sensibilização.

Montemor-o-Velho

Novo mercado municipal

A Câmara de Montemor-o-Velho lançou um concurso a obra do novo mercado municipal.

Com localização prevista para o Largo da Feira da Vila de Montemor-o-Velho, o futuro mercado municipal vem colmatar uma necessidade há muito presente no concelho, sentida pela população local e pelos próprios comerciantes.

Portimão

Prémio Revelação Manuel Teixeira Gomes

No âmbito das comemorações da elevação a cidade, a Câmara de Portimão instituiu o Prémio Revelação Manuel Teixeira Gomes, para as modalidades de Contos ou de Novela.



Depois de recebidos os trabalhos, o júri está a apreciar até Outubro as provas a concurso.

Sintra

Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas

A Câmara Municipal de Sintra procedeu no dia 11 à inauguração do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, numa



cerimónia que contou com a presença, entre outros, do primeiro-ministro, António Guterres, e da presidente da edilidade, Edite Estrela.

O Museu remonta, nas suas origens, a meados do século XVI.

Vila Real de S. António

Câmara quer voltar a ter pólo universitário

O presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, António Murta, defendeu recentemente a reabertura do Pólo da Universidade do Algarve na cidade, desta vez vocacionado para cursos na área do desporto.



Numa carta enviada ao reitor da Universidade do Algarve, Adriano Pimpão, o autarca recorda que «contrariamente à aposta efectuada em outros Pólos regionais, a academia algarvia abandonou o projecto de desenvolvimento do ensino superior na cidade».

Na missiva, António Murta sublinha ainda o facto de o actual Governo ter vindo a desenvolver o ensino superior no resto do País, tendo recentemente aberto novas escolas e aumentado a oferta de cursos. António Murta faz notar, a propósito, que Vila Real de Santo António tem nesta altura «boas condições» para desenvolver cursos na área do desporto, já que o Centro

Desportivo Municipal é anualmente visitado por milhares de atletas de todo o mundo, incluindo selecções nacionais de atletismo.

«A passagem destes atletas pela cidade transforma o Centro Desportivo numa autêntica universidade viva onde são difundidos conhecimentos e conceitos desportivos orientados para a competição desportiva de alto rendimento», sustenta. Ao recordar a existência de escolas superiores de desporto e faculdades de desporto e motricidade em Lisboa, Porto, Coimbra e Santarém, António Murta considera que a criação de uma unidade especializada do género no Algarve, para além de corresponder aos anseios da população, «teria todo o cabimento numa perspectiva de complementaridade da rede nacional».

Já há casa para arquivo histórico

O Arquivo Histórico Municipal de Vila Real de Santo António vai ficar instalado no edifício «Torreão Sul», de acordo com um projecto camarário recentemente aprovado pelo Instituto.

Toda a documentação histórica de Vila Real de Santo António, povoação planeada e fundada pelo Marquês de Pombal há 225 anos, tem vindo a ser sistematizada pelo historiador Hugo Cavaco, actualmente ao serviço do município.

O «Torreão Sul», edifício onde ficará instalado o arquivo histórico, será sujeito a profundos trabalhos de beneficiação, que incluem condições adequadas a preservação, conservação e consulta do espólio documental.

Para além da recuperação do edifício, serão criados gabinetes de trabalho, salas de leitura, armazém de fundos e salas de exposições.

O arquivo municipal vai ser equipado com mobiliário adequado a instalação do arquivo, equipamentos de controlo da humidade e material de tratamento, gravação, armazenamento e consulta de documentos.

A fim de preservar os originais, evitando o seu manuseamento, eles serão microfilmados ou digitalizados, passando a estar integrados num sistema de base de dados informatizada.

O projecto actual prevê a instalação de terminais de consulta no local, para além da possibilidade de acesso a base de dados através da Internet.

Pescadores evocam padroeira

Os pescadores, a população local e os milhares de turistas que nesta altura do ano estão na popular estância balnear de Monte Gordo, no concelho de Vila Real de S. António, celebraram de 10 a 12 e ainda no dia 15 a Festa em Honra de Nossa Senhora das Dores.

O ponto alto dos festejos foi a procissão que levou a imagem de Nossa Senhora das Dores até praia, tradição com a qual os pescadores pretendem que a padroeira benza o mar para este lhes dar mais peixe o resto do ano.

GUTERRES SALIENTA «MARCA DISTINTIVA DOS SOCIALISTAS NO EXERCÍCIO DO PODER»

O secretário-geral do Partido Socialista apelou no dia 11, no Cartaxo, aos eleitos locais que levem as grandes questões mundiais para o debate político local e defendeu que existe uma «marca distintiva dos socialistas» no exercício do poder. Falando aos participantes na reunião do Comité da Internacional Socialista (IS) para as Autoridades Locais, que decorreu durante dois dias no Cartaxo, António Guterres afirmou que existe uma «maneira socialista» de estar e de exercer o poder, mesmo quando o pragmatismo quotidiano pode levar a pensar que a resolução de alguns problemas nada tem a ver com ideologias.

Dando como exemplo o ordenamento do território, Guterres afirmou que não é a mesma coisa ele ser feito em nome de interesses económicos, para dizer que o modo socialista de exercer o poder tem de ser centrado nas pessoas. O secretário-geral do PS apelou aos autarcas para que saibam motivar as suas comunidades para que «não se deixem sucumbir nesta sociedade material e de consumo, em que cada um trata de si» e apelou à consciência dos eleitos locais de que têm um papel a desempenhar no movimento socialista a nível internacional. Os participantes na reunião discutiram a criação de uma Carta dos eleitos locais



socialistas, que visa estender à escala mundial o que já existe na Carta da Autonomia Local no âmbito da União Europeia (UE). Entre os princípios contidos no documento constam o da eleição dos representantes do poder local, já que em muitos países esses representantes ainda são nomeados, o da inclusão do princípio da autonomia na Constituição de cada país, a atribuição de competências em matéria de cooperação descentralizada.

Parcerias de solidariedade

Pela primeira vez reunido em Portugal, o Comité discutiu nestes dois dias iniciativas conducentes à criação de uma rede de comunicação entre os presidentes de Câ-

mara socialistas e o estabelecimento de parcerias de solidariedade com as cidades do sudeste europeu, nomeadamente da antiga Jugoslávia, dirigidas pela oposição democrática.

Numa declaração sobre os Balcãs, os participantes na reunião lançam um «vibrante apelo» à solidariedade de todas as cidades do Mundo para ajudarem a reconstruir e a democratizar os Balcãs, «nomeadamente estabelecendo parcerias com as autoridades locais que trabalham a favor da paz, da democracia, da justiça social e do respeito dos direitos humanos».

Por outro lado, consideram «urgente, no interesse económico de toda a região, que sejam tomadas medidas para permitir de novo o tráfego fluvial no Danúbio».

Respondendo ao apelo feito pelo presidente da Câmara de Izmit (Turquia), cidade particularmente afectada pelo terramoto de 20 de Agosto, o comité pede a solidariedade de todos os municípios, para que enviem ajuda humanitária mas também apoio técnico e material para a recuperação de infra-estruturas básicas - como abastecimento de água, controlo sanitário, rede de saneamento e limpeza e construção de habitações.

Na sequência do que ocorreu na Turquia, o comité alerta para a necessidade de as cidades adoptarem medidas de prevenção ou que atenuem os impactos deste tipo de catástrofes naturais.

«Construir com qualidade, gerir correctamente o ordenamento do território, coordenar os meios de protecção civil, deverá ser a grande lição de uma catástrofe como a que ocorreu recentemente na Turquia», conclui a declaração.

Apesar de ter centrado a sua intervenção na situação em Timor-Leste, António Guterres disse não ter uma «visão unitária da solidariedade», prometendo aos representantes da Palestina que também não descansará enquanto aquele território não se tornar independente.

No seu entender, os socialistas não devem ter uma visão mediática em questões de solidariedade, recordando que «infelizmente há muitos sítios onde há um sofrimento horrível que, como a Comunicação Social não está lá, é como se não existisse».

Declaração sobre Timor-Leste

Na reunião, foi aprovada uma declaração sobre Timor-Leste, em que a IS «condena energeticamente o terror e a violência que as milícias e o exército indonésio fazem reinar em Timor-Leste desde o referendo sobre a independência».

O Comité das Autoridades Locais da IS «apela à comunidade internacional que faça respeitar, lá como noutros locais, o direito e afirme a sua completa solidariedade com o conjunto da população leste-timorense, vítima desta nova barbárie».

AÇORES

PS apresenta programa

O líder do socialista açoriano, Carlos César, disse no 11, em Ponta Delgada, que é fundamental para o desenvolvimento dos Açores que António Guterres continue a ser primeiro-ministro de Portugal.

Em conferência de imprensa destinada a apresentar o programa eleitoral do PS nacional para as Regiões Autónomas, Carlos César sublinhou que nos últimos quatro anos Guterres tem ajudado muito a Região, ao contrário dos Governos do PSD, em que Durão Barroso foi ministro e que levou as ilhas quase à bancarrota. Sobre as orientações programáticas referentes à acção do governo socialista para as Regiões, sublinhou que no quadro da articulação de competências entre as administrações central e regional vai ser promovida a transferência de competências para os órgãos de governo próprio das regiões de licenciamentos em áreas do domínio público marítimo das ilhas.

Neste âmbito, garantiu também que será aprofundado o rigor no apuramento no apuramento das receitas fiscais geradas e não cobradas na Regiões Autónomas e a possibilidade de acesso directo das autarquias regionais aos programas nacionais estruturantes incluídos no PIDDAC.

Corrigir desigualdades

César disse, por outro lado, que os socialistas apostam na necessidade de corrigir as desigualdades estruturais originadas pela insularidade através, entre outros, da criação de um contingente específico para os arquipélagos no acesso à frequência dos cursos do ensino superior não ministrados nas ilhas e do acesso aos quatro canais de televisão nacionais.

Prometeu ainda o estabelecimento de uma majoração dos incentivos dos sistemas nacionais para projectos de interesse e de apoios à promoção turística das Regiões nos mercados internacionais.

O camarada Carlos César referiu que vão igualmente intensificar o investimento na melhoria da situação dos serviços do Estado nas regiões e aumentados os meios afectos à fiscalização das zonas económicas exclusivas das Regiões Autónomas.

MADEIRA

PS vai fazer campanha serena

O líder do PS-Madeira e cabeça-de-lista às eleições legislativas regionais, camarada Mota Torres, disse no dia 2 que o voto nos pequenos partidos à direita ou à esquerda do PS-Madeira «é um voto desperdiçado».

Na conferência de Imprensa de apresentação dos candidatos do PS-Madeira às eleições legislativas de 10 de Outubro, Mota Torres sublinhou que no actual quadro de bipolarização Política na Madeira, só o PS e o PSD e que estão em condições de fazer eleger deputados à Assembleia de República, tendo por isso defendido que esse voto seja depositado em favor do PS-Madeira.

O camarada Mota Torres salientou que no dia 10 os madeirenses vão votar ou pela continuação de um governo do PS liderado por António Guterres ou um governo do PSD chefiado por Durão Barroso.

Lei das Finanças Regionais

Por isso lembrou que o Governo PS manifestou nos últimos quatro anos uma grande preocupação pelas autonomias regionais, tendo enumerado a assunção da dívida regional em 110 milhões de contos, a criação da Lei das Finanças Regionais, os múltiplos acordos e protocolos estabelecidos com a região, o apoio a habitação social no valor de 10 milhões de contos, metade dos quais a fundo perdido, a diminuição do preço da energia eléctrica, a equiparação nos custos de bens culturais como sejam os livros, jornais e revistas.

Tudo isto num clima de não confronto institucional com o Governo Regional, disse. Mota Torres salientou ainda que o PS-M vai fazer uma «campanha serena, de confiança e de verdade».

«Não vamos aceitar nem reagir a qualquer tipo de provocação venha ela de onde vier», disse Mota Torres.

COMÍCIO EM ÉVORA

Sábado, 25 às 22 horas no Templo de Diana
Com a presença de António Guterres

COMUNIDADES

Victor Caio Roque



DÁ QUE PENSAR

Sei que alguém vai achar estranho.

Que na qualidade de Adjunto do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas não deveria fazer. Que me importa. Antes de o ser já opinava e, como qualquer cidadão, sou livre de me expressar.

Entendi fazê-lo por mera questão de dignidade. Há mais de trinta anos que mexo com coisas de emigração, o bichinho morde-me no peito. Entendo ter esse direito. O direito de me exprimir. O direito de ter esta forma de diálogo com os portugueses residentes no estrangeiro.

Nestes últimos meses temos vindo a assistir a um chorrilho de entrevistas, declarações ou artigos de opinião sobre os últimos três anos e meio de execução governativa do Partido Socialista, quanto à área da responsabilidade da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas que mexem com certeza com todos nós. Só não reconhece o trabalho feito quem não estiver interessado nisso.

Conhecemos bem quem são; acima de tudo os protagonistas do que nada fizeram quando tiveram responsabilidade governativa. Refiro-me como é óbvio a alguns membros do PPD/PSD que descarada e desavergonhadamente têm vindo a fazê-lo.

Para além de que nada tem de que se defender, o Eng. José Lello não necessita que alguém venha à praça pública fazê-lo. As obras, que não palavras, falam por si! Aqui-

lo que realizou durante este período, fará porventura que fique nos anais da História da emigração e Comunidades Portuguesas, como o Secretário de Estado mais empreendedor e executor.

Todos – ele próprio – sabemos que nem tudo está concretizado e que algumas iniciativas não correram como seria de esperar, ou não agradaram a gregos e a troianos. É a Vida!

Sabemos que o realizado foi-o com o empenhamento abnegado de José Lello, e sobre a liderança e o apoio solidário de Jaime Gama.

As Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo têm hoje uma outra visibilidade e dignidade que não tinham antes da tomada de posse do actual Governo.

Tudo o que se realizou foi sempre com o objectivo de os servir e promover, e não apenas as promessas vãs como nos tempos dos governos de responsabilidade do PPD/PSD, durante mais de 18 anos.

Apenas como exemplo, porque não será necessário enunciar novamente as acções e actividades desenvolvidas, deixo esta evidência. Lembro-me de me deslocar à Junqueira e sentir um odor nauseabundo naquelas instalações onde funcionários públicos passaram parte da sua vida em condições humanamente deploráveis e inadmissíveis.

Três anos e meio depois de actuais membros do Governo Socialista visitarem aquelas instalações, o Ministro Jaime Gama e o seu Secretário de Estado das Comunida-

des Portuguesas, inauguraram o Centro Emissor da Rede Consular que passou a ter dignidade e condições minimamente exigíveis não só para os que ali trabalham, como as Comunidades Portuguesas as merecem.

Hoje qualquer historiador, se e quando desejar, pode investigar sobre a nossa memória colectiva – dos emigrantes que em todo o Mundo têm feito história e dignificado Portugal nos Países de acolhimento.

Antes, se ousassem fazê-lo, teriam que procurar documentos espalhados em vãos de escada, abandonados em salas sem condições e sujeitos às intempéries do tempo. Era uma vergonha!

Nestas mesmas instalações, com o mais moderno que existe, tudo foi devidamente organizado e microfilmado.

Uma deputada do PPD/PSD, numa entrevista, afirma: «Não foi um bom governo para a emigração». Será que se referia a este? Se sim que falta de pudor. Só quem está de veras cego no seu sectarismo partidário e invejoso – porque nada conseguiu fazer quando era governante – poderia proferir tais afirmações.

A deputada vem também defender demagogicamente a extensão do Rendimento Mínimo Garantido aos emigrantes portugueses, quando é do conhecimento geral que o seu Grupo Parlamentar votou contra a proposta do PS, então na oposição, por considerarem que «seria impossível executá-la a nível nacional e poria em causa o equilíbrio das finanças públicas, pre-

miando a irresponsabilidade». Com o PS já no Governo, o Grupo Parlamentar do PPD/PSD voltou a votar contra com a mesma e insustentável argumentação. Até hoje cerca de meio milhão de cidadãos beneficiaram desta medida levada a cabo pelo Governo do PS. A Senhora deputada não pode esquecer-se assim tão depressa e passar à demagogia leviana e irresponsável, criando assim expectativas a cidadãos que merecem todo o nosso respeito. Quer estender às Comunidades o Rendimento Mínimo Garantido, quando se sabe que a sua aplicação no estrangeiro seria impraticável, e até uma ingerência nas políticas sociais de outros países, é de mais!

O Partido Socialista e o seu Governo, sensíveis às questões sociais, anunciaram um estudo, para aplicação, através de um protocolo entre as Secretarias de Estado da Inserção Social e Comunidades Portuguesas, de ajuda a cidadãos portugueses que em dificuldades financeiras e no limiar da miséria se encontrem. É, assim, que os socialistas resolvem as questões.

Os Secretários de Estado Rui Cunha e José Lello demonstram assim e uma vez mais estarem sensibilizados para essa premente necessidade.

Compreende-se a frustração dos PPD/PSD's porque nada realizaram durante os 18 anos em que foram responsáveis por esta pasta. Não empreenderam qualquer reforma de vulto na área da emigração e sobre estas matérias nunca se debruçaram. Até por isso, não merecem qualquer desculpa.

TIMOR LOROSAE

Helena Roseta



QUE MAIS É PRECISO FAZER?

Vinte e quatro anos de ocupação militar indonésia. Genocídio, sofrimento, dor, exílio, prisão. Uma vontade infinita de ser livre. Um acordo assinado sob os auspícios das Nações Unidas para a concretização do direito à autodeterminação. Uma impressionante lição de coragem com a maciça votação de 30 de Agosto e com a esmagadora vontade de independência. Apesar de medo, das intimidações, das condições de liberdade vigiada que presidiram à campanha eleitoral. Depois de tudo isso, a barbárie abate-se sobre o povo de Timor-Leste, pela mãos das milícias, em conluio com as forças policiais e militares indonésias. De novo, milhares de mortes, deportações, massacres, destruição e saques. Agora já nem a Igreja nem as organizações internacionais são poupadas. Os jornalistas são forçados a sair. Os quatro portugueses que ficam testemunham a



continuação do horror. Cercada pelas milícias, a UNAMET resiste, solidária de um povo cuja liberdade se comprometeu a não deixar confiscar.

Do lado indonésio, um poder político incapaz de assegurar a segurança e a paz em Timor-Leste e refém das suas próprias contradições recusa-se a assumir as evidências. Sem uma força internacional de paz nada mais poderá salvar o povo de Timor-Leste. Do lado português, Governo, Presidente da República e opinião pública mobilizaram todos os esforços. Que, sendo muitos, pouco são. Portugal não tem armas, nem dinheiro, nem peso internacional. A sua única arma é a justiça da causa que defende. E a impressionante capacidade de resistência de um povo com líderes como Ximenes Belo ou Xanana Gusmão.

Até ao momento em que escrevo, as Falintil continuam a acatar a prudentíssima e

estóica estratégia de não violência definida por Xanana. Até quando, ninguém sabe. Nem até quando poderá a UNAMET ficar, desarmada e sitiada, albergando milhares de refugiados, em Díli. Ou até quando terá o povo timorense de continuar a morrer. Perante tudo isto, a lentidão e ambiguidade do Conselho de Segurança da ONU são intoleráveis. Como é intolerável que países como os EUA, que no Kosovo avançaram sem qualquer aval das Nações Unidas, estejam agora a exigir uma autorização que nos Balcãs dispensaram. A esperança de Timor Lorosae está a ser liquidada aos olhos do mundo. Que mais podemos fazer, senão manter bem alto o nosso protesto? Que mais é preciso para que as Nações Unidas e os poderosos deste mundo acudam a Timor-Leste? Que mais é preciso para que se faça o que tem de se feito?

In «Visão»

TIMOR LOROSAE

Pinheiro Coelho



UM ABRAÇO NA LUTA POR TIMOR INDEPENDENTE

Os portugueses que ao longo destes 24 anos quase se alhearam ao tritamento do povo de Timor, levado a cabo pelas botas cardadas dos assassinos indonésios que oprimem e sufocam a sua liberdade, não resistiram calar por mais tempo a violência e o horror das imagens observadas nos órgãos de Comunicação Social, sobretudo desde a madrugada de 4 de Setembro deste ano da graça de 1999. Tempo a partir do qual foi conhecido que a esmagadora maioria daquele povo sofredor disse, num voto de raiva, dispensar o jugo e as sevícias do seu carrasco.

E a gente portuguesa que até aí quase havia perdido o sentido da solidariedade e contido a revolta da afronta indonésia, esquecendo o sofrimento e o valor da fraternidade, acordou da sua letargia para se erguer, espontaneamente, num brado de indignação, redimindo-se do tributo devido ao povo Maubere e, em crescen-

do, gritou ao mundo o pesadelo que se abateu sobre a pátria de Xanana Gusmão. Quem como nós, junto dos timorenses, comemorou no «Espaço Timor», a vitória da sua independência e no dia imediato teve de manifestar-se na sede das Nações Unidas contra a sua carnificina, soube sentir a voz de protesto, pejada de um sentimento de angústia e impotência pela sorte dos irmãos timorenses que tiveram a coragem de querer serem livres num lugar de tortura e num espaço de opressão.

Não tínhamos dúvidas que a matança bárbara de inocentes e a degola do seu povo é um pedaço de nós que morre com aquela gente humilhada e indefesa no holocausto de um plano sinistro que visa estripar da alma a grandeza da sua cultura resistente, inscrita nas crenças religiosas e tradições ancestrais, cuja força da sua vontade indomável levou a libertar-se sozinho da pata japonesa após a II Guerra Mundial.

Por isso, em homenagem à sua tenacidade, nesta onda emocionada e afectiva que atravessa o mundo contra a barbárie do povo de Timor, vi crianças de infântario e homens curvados pela idade, rurais e intelectuais, sindicalistas e patrões, reformados e artífices, pretos e brancos, ministros e contínuos, senhoras velhas e novas, gente de todas as matizes filosóficas e de diferentes credos e profissões.

Enfim, vi o povo de Portugal que, numa manifestação de cólera enraivecida, clamava pelo fim da tragédia humana perpetrada por uma horda de assassinos comandados por generais homicidas que, não obstante invadiram a terra de Timor, querem ainda encharcar-se no sangue das suas vítimas e satisfazer-se numa orgia sangüinária contemplada, indulgentemente, pela ONU e consentida pelo mundo civilizado.

Daí que este abraço de fraternidade não possa diluir-se na distância que separa o

espaço dos dois continentes, mas tem de manter-se e propagar-se como a chama da nossa amizade e solidariedade enquanto o cinismo da política e o vômito de náusea da diplomacia internacional equacionar as mortes selvagens e o extermínio de um povo em função dos interesses económicos ou razões geoestratégicas, sibilinamente, aconselháveis.

Mas porque a população timorense não tem de pagar a sua liberdade com o preço de um massacre nem pilhagem de casas e incendimento de aldeias, cabe a Portugal e à comunidade internacional, logo que a força de paz chegue à terra de Ximenes Belo, jurar sobre os despojos deste genocídio que no banco do réus de um tribunal mundial os facinoras deste terror serão julgados por delitos de guerra e crimes contra a Humanidade, para que o Mundo não esqueça e os ditadores se lembrem que o tempo deles acabou ao virar do século XX.

A DUPLICIDADE DO PSD

José Barros Moura



UMA OPOSIÇÃO SEM PRINCÍPIOS

"País onde qualquer palerma diz – Não, não é para mim este país!"
Alexandre O'Neill, Feira Cabisbaixa

Vista de férias, a situação política revelou-se ainda mais deprimente. A falta de assunto do *media* ajudou a eleger como questões centrais temas tão desgostantes como as viagens dos deputados ou Barrancos, colocados no mesmo plano do problema, verdadeiramente importante, da consulta referendária de Timor. Mas nestes três casos, a atitude do único partido da oposição que aspira a exercer a alternância tem contribuído para aumentar a abjeção pela actividade política.

O PSD aprovou nesta legislatura uma regulamentação das viagens dos deputados criticável, mas que visava corrigir os abusos ainda maiores decorrentes da permissividade, senão de todos, pelo menos dos principais partidos, agravada pela anarquia instaurada no período das maiores absolutas. Para se furtar à crítica da conduta de um dos seus expoentes, o próprio líder toma a responsabilidade de uma fuga para a frente tendente a meter tudo no mesmo saco e a lançar publicamente as mais graves suspeições sobre os principais responsáveis do Estado democráti-

co português que são ou foram deputados, situem-se eles hoje no governo ou na oposição. A solidariedade partidária que já lhe inspirara o apoio à postura desbragada de Jardim, levou-o neste caso a pôr em causa a credibilidade do regime democrático no seu conjunto. Esta crítica ao Presidente do PSD não absolve nenhum prevaricador, nem iliba quem criou a possibilidade de «desdobrar» viagens. Mas toma em conta que, em geral, a demagogia sobre estas questões só aproveita ao populismo antidemocrático.

O lastimável caso de Barrancos – em que o fundamentalismo do «politicamente correcto» exercido contra as antigas tradições populares da localidade, está a contribuir mais para o prestígio das touradas com morte do animal do que não sei quantas campanhas dos empedernidos adeptos deste ritual – a postura dos responsáveis do PSD não é a de cooperarem na procura de uma solução que, legalizando ou não a tourada barranqueira, contribua para o respeito do Estado de Direito e não lese a solidariedade nacional para com os nossos compatriotas de Barrancos. É, pelo contrário, a de fazerem coro com quem exige do Governo uma atitude repressiva contra o conjunto de uma população (*Fuenteovejuna*, como então deveria simbolicamente dizer-se...), e o uso de meios vi-

olentos (a exemplo da brutal carga policial ordenada pelo Governo de Cavaco Silva no caso do «buzinão» da Ponte 25 de Abril), desproporcionados e susceptíveis de provocar um mal maior (para a integridade física ou a vida de pessoas) do que o risco de morte dos toiros ou a desobediência ao juiz que decretou a providência cautelar.

Nos dois casos, o PSD dá mostras de uma elucida dupla duplicidade quanto ao tratamento das questões do sistema judicial de cuja crise fez uma bandeira constante da sua oposição: no caso de Barrancos, sacraliza as decisões dos tribunais, para tentar acuar o Governo de as não cumprir; no caso das viagens do seu antigo cabeça-de-lista, ataca com acinte, para enfraquecer, a cabeça da hierarquia do Ministério Público, sem o qual é o sistema jurisdicional no seu conjunto que não funciona.

Timor serve ao Presidente do PSD, esse experimentado autor dos acordos e da estratégia de Bicesse, como pretexto para uma baixa manobra de politiquerice partidária que, fazendo tábua-rasa dos consensos nacionais apurados sobre o acordo de Nova Lôrque, procura criar um espaço para transformar as graves dificuldades do processo em tema interno de oposição ao Governo que soube aproveitar a mudança de situação política na Indonésia para criar uma oportunidade real de autodetermi-

nação para o povo de Timor, que seria errado deixar perder – como, aliás, bem compreendeu Pacheco Pereira.

Não pode valer tudo em política! São estas as condutas que desprestigiam uma actividade séria e nobre, provocando o enfraquecimento do regime democrático. É esta a oposição sem princípios e sem alternativa, que não é capaz de forçar o Governo a melhorar. E que nem sequer, porque o seu objectivo, bem vistas as coisas, é o oposto, contribui para morigerar a chamada «classe política» agora, para alguns falsos moralistas, convertida na «mãe de todos os vícios» e caixote do lixo de todas as incompetências profissionais. Talvez o PSD pretenda apenas contribuir, dessa forma, para um aumento da abstenção... que possa atenuar um mau resultado eleitoral. Neste deserto de ideias alternativas apreciemos como merece o esforço do Bloco de Esquerda para pôr em discussão a política fiscal com várias propostas ponderáveis cuja aprovação, porém, exige uma maioria parlamentar coerente. Eis um domínio em que o Governo da Nova Maioria muito fez (como o atesta a eficácia na cobrança de mais receita), mas não concretizou uma reforma de fundo de maior equidade social por não dispor daquela maioria. Eis uma questão que não deve continuar adiada!

In «Diário Económico».



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Manjares em Albufeira

A partir de domingo, dia 19, e até ao dia 26, decorre o III Festival de Gastronomia, um certame em que participa uma dezena de restaurantes do concelho com as suas receitas tradicionais.

Além dos sabores regionais, o evento proporcionará um programa de animação nos restaurantes com música tradicional portuguesa.

A Câmara Municipal convida os municípios a participarem no programa de comemorações do segundo aniversário da geminação Albufeira – Ilha do Sal (Cabo Verde).

A efeméride será assinalada com um Ciclo de Cinema Cabo-verdiano, no Auditório Municipal, com sessões a partir das 21 e 30, no dia 20 («Ilhéu de Contenda», de Leão Lopes), 21 e 22 («O Testamento do senhor Nepumoceno», de Francisco Manso), bem como nos dias 23 e 24 («Fintar o Destino», de Fernando Vendrell).

Teatro infantil em Braga

A iniciativa «Setembro Cigano» não esqueceu a criatividade infantil, incluindo-a em dois espectáculos de variedades a realizarem-se, nos dias 21 e 22. Trata-se de duas apresentações teatrais com dança e fantoches à mistura.

Conferência em Coimbra

A banda Amaragem actua, na Praça 8 de Maio, hoje, pelas 22 horas. Trata-se de um projecto que reúne músicos com percursos diversificados, cruzando as influências dos estilos popular, coral, jazz e clássico.

Também hoje, pelas 21 e 45, no Teatro Académico de Gil Vicente, assista à exibição de uma fita do lendário Federico Fellini, «A Doce Vida».

Amanhã e no sábado, dia 18, no mesmo local e horário não perca a repositão de «Decamerone», de Pier Paolo Pasolini.

«A Questão do Kosovo – raízes, histórias e problemas actuais» é o tema da conferência que decorrerá, na Casa Municipal da Cultura na segunda-feira, dia 20, pelas 18 e 30.

Até ao primeiro dia de Outubro poderá visitar a mostra de trabalhos do pintor Bert Holvast, nas Galerias do Atrio e do Jardim.

CD em Espinho

O cantor Paulo de Carvalho apresenta, no dia 18, no Casino de Espinho, o seu novo disco compacto «Matria».

O novo trabalho de Paulo de Carvalho inclui músicas com textos originais de Maria Barroso, Dulce Pontes, Simone de Oliveira, Isabel Ruth, Ana Zanatti, Maria Rosa Colaço, Né Ladeiras e Mafalda Veiga.

Para a elaboração de «Matria», o cantor contou com a colaboração dos músicos Filipe Lucas (tocador de guitarra portuguesa da 14 cordas, que ele próprio mandou construir) e André Sarbib.

Simone de Oliveira, Mafalda Veiga e Ne La-

deiras estarão, sábado, no Casino, para assistir ao lançamento público do CD.

Ténis em Faro

No próximo domingo, dia 19, realiza-se, nas Gambelas, um Torneio Aberto de Ténis, organizado pelo Centro de Ténis de Faro.

«Para um Projecto de Leitura do Mundo» é a designação genérica do curso livre destinado a educadores de infância e a pais de crianças com dificuldades de aprendizagem que será ministrado pela formadora Sylviane Rigolet na Biblioteca Gulbenkian, nos dias 20 e 21.

Concerto em Ferreira do Alentejo

A Feira de Setembro '99 prossegue amanhã, com o espectáculo da banda Hand on Approach, pelas 22 horas, no Recinto das Escolas primárias.

Para os amigos dos «melhores amigos dos Homens» foi organizado, no recinto da Feira, pelas 10 e 30 de domingo, o III Concurso Regional do Rafeiro do Alentejo.

A Galeria de Arte da Capela de Santo António acolhe, até ao próximo dia 25, a exposição fotográfica de António Luís Santana Góis, intitulada «Alentejo».

Por mais cinco dias permanecerá patente ao público uma outra mostra, esta vez de «Heráldica do Trabalho», no Espaço Museológico Municipal.

Música em Guimarães

O Camarrão Café-Concerto servirá de palco, amanhã e no sábado, a partir das 23 e 30, para o espectáculo musical dos Bloody Tears e Amorak, bem como dos Seraphitus e Eclipse, respectivamente.

Também amanhã, às 15 horas, a Hemeroteca – Centro de Animação exibirá o filme da Walt Disney «Pocahontas II», que promete fazer as delícias dos pequeninos. Ainda amanhã e para as crianças, a Biblioteca Municipal Raúl Brandão abre as suas portas às 10 e 30 para mais um espaço lúdico da «Hora do Conto» com a história de Luísa Ducla Soares, «A Vassoura Mágica».

Cinema em Lisboa

O Teatro da Trindade em co-produção com a Comuna-Teatro de Pesquisa levam a palco, hoje e amanhã, às 21 e 30, «D. João e Julieta», uma peça de Natália Correia.

Nils Petter Molvaer & Khmer prometem levar a música ao limiar da era digital, hoje mesmo, a partir das 21 e 30, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém.

Esta semana as estreias cinematográficas estão à mão de semear. Ao todo são seis as fitas debutantes, amanhã, nas salas de cinema alfacinhas. Trata-se, pois, de «Bowfinger», de Frank Oz; «Ela é Demais», de Robert Iscove; «Go – A Vida Começa às Três da Manhã», de Doug Liman; «Buena Vista Social Club», de Win Wenders, «Fogo», de

Deepa Mehta e «Wilde», de Brian Gilbert. Também amanhã e no sábado, dia 18, o Anfiteatro na Doca do Parque das Nações servirá para outra *premiere*, desta feita da dança «A terra, a Água e o Umbigo».

Fotojornalismo em Matosinhos

Uma mostra de fotojornalismo, de Fernando Oliveira, será inaugurada amanhã, na Galeria do Município, permanecendo patente ao público até ao dia 15 de Outubro.

Futebol em Montemor-o-Velho

Realiza-se, nos dias 18 e 19, no Campo Municipal das Lages, o Torneio Internacional de Futebol Juvenil.

A competição é inaugurada às 15 horas de sábado com um jogo entre as equipas convidadas.

Pelas 10 horas de domingo disputar-se-ão as eliminatórias finais, ficando a entrega dos prémios aos vencedores do torneio para as 15 horas do mesmo dia.

Mostra no Porto

A Fundação de Serralves acolhe, a partir de amanhã e até ao dia 7 de Novembro, uma exposição de Fernando José Pereira, intitulada «Acesso Interdito».

Concerto por Timor em Santo Tirso

Realiza-se hoje, às 21 e 30, no Auditório Engenheiro Eurico de Melo, um concerto por Timor Lorosae.

Este espaço de solidariedade com o povo maubere será preenchido essencialmente com música erudita (clássica) e contará com a participação de vários intérpretes e instrumentistas.

Pintura em Sintra

A Galeria Municipal do Museu Regional de Sintra tem patente, até ao dia 29, uma exposição do pintor Luís Leite intitulada «Avatares».

A mostra pode ser visitada de segunda a sexta-feira, entre as 9 e 30 e as 12 horas e das 14 e 30 até às 19 horas. Aos sábados e domingos a Galeria estará aberta ao público das 14 e 30 às 19 horas.

Encontros Mágicos

Luís de Matos – apresentação

20 a 26 de Setembro
Paços do Município

III Festival Internacional de Magia - Coimbra '99

SUGESTÃO

ZZZAP!

Uma coreografia e três actores. Um espectáculo em que se aliam o movimento ao «fazer» dramático, culminando num produto final: «Zzzap!».

Trata-se apenas da representação de algo absurdo, hilariante, desesperante, trata-se assim da representação do irrepresentável como um pensamento ou uma mera situação.

O texto subjacente à dança não será rígido e dependente de regras e versões pré-definidas. Ele estará presente enquanto ideia: elástica, duvidosa. A dança ou o movimento, será, porventura, o elemento menos reconhecível no domínio daquilo a que se dá o nome de «dança contemporânea», que surge, nos últimos anos, afecta a convenções, clichés e a uma frouxidão de imaginação comunicacional.

Perante tal miséria, porque não misturar tudo, sem qualquer respeito pelos limites das respectivas coisas? Porque não fazer, todos os dias, qualquer coisa que nos assuste? Por que não fazer Zzzap?

É este o espírito com que desde o início dos nos 80, a coreógrafa Joana Providência tem construído o seu percurso criativo, produzindo obras muito originais.

O trabalho que tem desenvolvido nos últimos anos, com os alunos de teatro da Academia Contemporânea do espectáculo do Porto, levou-a a investigar um tipo de espectáculo que casa o teatro com a dança.

Assim, se quer ver e ouvir ou mesmo fazer «Zzzap!», não deixe de passar, entre do dia 19 e o 23, pelas 21 e 30, na Sala de Ensaio do Centro Cultural de Belém.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Chicotada

*Corre, tempo! Depressa!
Que eu oiça o movimento!
Faz ressoar o vento,
O tropel agoirento dos teus passos,
E leva-me nos braços,
Com um pai desumano do passado,
E esse apetecido
E odiado
Altar,
Onde, fiel a um Deus desconhecido,
Me vais sacrificar.*

Miguel Torga
«Orfeu Rebelde»



O «AMIGO» AMERICANO

Como a maioria da minha geração também eu fiz a minha «conveniente» militância anti-americanismo.

Absorvi esperançado as notícias da conferência de Bandung, onde se criou e estabilizou o movimento dos não-alinhados. Aplaudi as posições da Indonésia e do seu líder Sukarno favoráveis aos povos oprimidos do 3º Mundo e ao seu natural desejo de Independência e de Liberdade.

Vivi o clima de medo e de instabilidade controlada que ficou conhecido como o período da Guerra-Fria.

Assisti ao aparecimento da China como verdadeira e ameaçadora 3ª potência nuclear.

Esperancei na sequência da queda do Mundo de Berlim, antes de ter percebido que o mundo mudara e ao equilíbrio do terror rapidamente se substituiu o equilíbrio da protecção.

Estou assim à vontade para perceber muitas das lastimáveis demoras na resolução e na definição da gestão de Timor-Leste. Julgo mesmo que a atitude dos Estados Unidos neste conflito tem sido de uma sabedoria razoável e se traduz numa solidariedade inegável, tanto mais necessária quanto não existe ainda um braço de intervenção armada sob o comando da União Europeia.

Até se poderia pensar que os Estados Unidos, em obediência a uma cruel «realpolitik» olhassem para o lado (como aliás têm feito em tantas outras ocasiões) e esquecessem a dramática violação dos direitos humanos em Timor.

Não foi contudo essa a atitude.

Ponderando todos os interesses em jogo (complexos e múltiplos) a «América» definiu pela voz do seu presidente (em 4 situações de pressão crescente) e pela voz do seu representante na ONU (embaixador Holbrooke) a sua disposição em não tolerar o genocídio na parte oriental da ilha de Timor.

Pressionados pela opinião pública mundial e pela sabedoria da diplomacia portuguesa (com especial destaque para a acção do Presidente da República e do Primeiro-Ministro) os Estados Unidos desencadearam uma série de acções, nomeadamente nos organismos de decisão multilateral, que vergaram e derrotaram a intransigência indonésia.

Compreendo a impaciência e a incompreensão de muita gente. Afinal cada dia, cada hora, cada minuto que passa pode corresponder à morte de mais um timorense.

Mas também compreendo que o equilíbrio de uma zona importante do mundo para a paz e a segurança mundial estão em jogo neste conflito.

Está em jogo se ele não for resolvido e se traduzir no genocídio de um povo mártir, mas também está em jogo se for resolvido unilateralmente e sem ter em conta a realidade complexa que se lhe está associada.

Temos portanto, enquanto portugueses e irmãos do povo de Timor-Leste muitas tarefas à nossa frente.

Desde logo a de impor o aprofundamento dos ganhos políticos conseguidos nos últimos dias; depois a exigência do início da ajuda humanitária sem a qual pode ser tarde demais; finalmente a continuação da pressão sobre a comunidade internacional para que, por sua vez, exerça essa pressão sobre o regime indonésio obrigando-o a evoluir para a democracia.

Timor Lorosae é uma realidade histórica, social mas também política completamente irreversível.

O direito a uma Nação e a um Estado independente foi ganho pelo sofrimento de um povo que dura há 24 anos e teve a sua expressão mais heróica na concretização de um acto nobre e indiscutível: o voto.

Que admirável lição para os que em muitos sítios e também em Portugal se ocupam em denegrir e negar o primado da política e do exercício de livre escolha que é património único da democracia.

VIVA O VOTO !

«Há uma nova realidade em Timor-Leste que nada nem ninguém conseguirá apagar ou inverter: o nascimento de Timor Lorosae»

José António Lima

Expresso, 11 de Setembro

«Na História, como na Economia, as chamadas janelas de oportunidade são estreitas e não se repetem. Ora, muito dificilmente se verificaria, nos próximos anos, uma conjuntura semelhante àquela que levou a Indonésia a aceitar um referendo em Timor»

Mário Bettencourt Resendes

Diário de Notícias, 12 de Setembro

«(Durão Barroso) porventura quer utilizar Timor em termos eleitorais. E isso seria o pior que lhe podia acontecer a ele e nos podia acontecer a nós»

Mário Soares

SIC, 11 de Setembro

«Por uma vez, a moral e o direito internacional parecem ter levado a melhor sobre os interesses imediatos e as mesquinhas conveniências internacionais»

Vital Moreira

Público, 14 de Setembro

«A distância que vai da ternura à barbárie: da impressionante demonstração de solidariedade nas ruas aos disparates de Alberto João Jardim»

António Mega Ferreira

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa

Redacção

J.C. Castelo Branco

Mary Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão

Secretariado

Sandra Anjos

Paginação electrónica

Francisco Sandoval

Edição electrónica

Joaquim Soares

José Raimundo

Redacção

Avenida das Descobertas 17

Restelo

1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição

Avenida das Descobertas 17

Restelo

1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo

1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

PORTUGAL SOCIALISTA

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

ACÇÃO SOCIALISTA

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.